

UniEVANGÉLICA CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E AÇÃO  
COMUNITÁRIA  
MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE.

TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO NO  
PATRIMÔNIO CULTURAL DE PILAR DE GOIÁS-GO.

LUCIANA TEIXEIRA DE AMORIM

Anápolis, 2012

**LUCIANA TEIXEIRA DE AMORIM**

**TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO NO  
PATRIMÔNIO CULTURAL DE PILAR DE GOIÁS-GO.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária da UniEVANGÉLICA – Centro Universitário de Anápolis, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva

Anápolis – GO, Junho de 2012

A572t

Amorim, Luciana Teixeira de.

Turismo rural sustentável e desenvolvimento no patrimônio cultural de Pilar de Goiás - GO. / Luciana Teixeira de Amorim. – Anápolis : Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2012.  
115 p. il.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2012.

1. Pilar de Goiás 2. Turismo rural sustentável 3. Sustentabilidade  
4. Patrimônio Cultural. I. Sandro Dutra e Silva. II. Título.

CDU 504

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Dissertação de Mestrado intitulada “Turismo rural sustentável e desenvolvimento no patrimônio cultural de Pilar de Goiás”, apresentada ao Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente .

Defendida em: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva – UniEVANGÉLICA/UEG  
(orientador)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Nelson Bezerra Barbosa - UniEVANGÉLICA(professor convidado)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Antônio Tietzmann e Silva – PUC-GO (professor convidado)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr<sup>a</sup> Estela Najberg – Universidade Federal de Goiás (professora suplente)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais uma etapa vencida em minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva, que me instigou a pesquisar sobre esse valioso e ainda desconhecido patrimônio.

À equipe de professores, funcionários administrativos do Mestrado em Sociedade Tecnologia e Meio Ambiente da UniEVANGÉLICA, que pacientemente souberam nos conduzir e compartilharam conosco, alunos, o aprendizado e experiência, tornando o ensino ainda mais prazeroso.

Aos meus pais, pelo incondicional apoio, proporcionando a mim mais uma realização, mais uma vitória.

À minha irmã, Linamar Teixeira de Amorim, pela dedicação e acompanhamento, dividindo comigo os conhecimentos que possui em Metodologia e Pesquisa.

Ao meu irmão, Leonardo Teixeira de Amorim (*in memoriam*).

Aos pilarenses Hilda Esteve Guimarães e o responsável pela Casa do Patrimônio em Pilar de Goiás, o senhor Nelivânio Eterno Souza, pela inestimável ajuda na etapa da coleta de dados.

Aos meus amigos, que sempre caminharam comigo.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Começa-se a sentir, novamente,  
necessidade de entender o passado  
como um referencial para a  
construção do futuro...

Maria Cristina Rocha Simão

## RESUMO

A presente pesquisa busca elencar os requisitos necessários para o desenvolvimento turístico na histórica cidade de Pilar de Goiás, que vivenciou no século XVIII o apogeu do ciclo do ouro, mas que logo depois viu exaurida sua fortuna e encontrou-se depauperada, esquecida até meados da década de 60, no século passado. A cidade teve grande parte de seu patrimônio material destruído pelo abandono dos órgãos governamentais, mas ainda existem reminiscências do período colonial em alguns edifícios que resistiram e que hoje são protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Já o patrimônio imaterial, suas tradições, festividades e outras manifestações culturais da vida cotidiana da cidade permanecem como um rico registro das comunidades rurais brasileiras. Sob essa perspectiva, busca-se responder o eixo central da pesquisa: quais as condições necessárias à inserção do turismo rural, embasado pela ótica do desenvolvimento sustentável e do Plano Nacional e Estadual de Turismo, no município de Pilar de Goiás e região? Para fundamentar teoricamente, o trabalho encontrou principal sustentação em aportes teóricos da História Ambiental, Teoria da Sustentabilidade, dentre outras, para a reflexão acerca do turismo rural sustentável. A pesquisa de tipo descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, baseou-se em análise bibliográfica e documental, bem como em coletas de dados utilizando entrevistas, questionários e grupo focal. O resultado da pesquisa procurou correlacionar os levantamentos bibliográficos feitos com a apuração dos dados colhidos. A interpretação dos dados revelou consideráveis indicadores para o desenvolvimento do turismo rural sustentável em Pilar de Goiás.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pilar de Goiás; turismo rural sustentável; sustentabilidade; patrimônio cultural.

**ABSTRACT**

This actual research seeks to list the necessary precondition for tourism development in the historic Pilar de Goiás town, that lived in the eighteenth century the gold cycle heyday, but soon after this city filled devoured his fortune and found itself impoverished, forgotten until the mid 60 decade, in the last century. The city has much of its material assets destroyed by government abandonment, but there are still remnants of the colonial period in some buildings that survived and are now protected by the Institute for National Artistic and Historical Heritage. Presently the intangible heritage, traditions, festivals and other cultural events of everyday life of the city remain as a rich record of Brazilian rural communities. From this perspective the own history seeks to answer the central axis of research: what are the necessary conditions of integration of rural tourism, based from the perspective of sustainable development and the National Plan and State of Tourism of Pilar de Goiás town and region? In support of theory, the work met the main theoretical contributions in Environmental History relief, Theory of Sustainability, and others to reflect on sustainable rural tourism. The descriptive research with quantitative and qualitative approaches, were based on literature review and documentary, as well as collecting data using interviews, questionnaires and focus groups. The research result sought to correlate the bibliography made with the collected data calculation. The data interpretation revealed significant indicators for the sustainable development of rural tourism in Pilar de Goiás.

**KEY-WORDS:** cultural heritage; Pilar de Goiás; sustainable rural tourism, sustainability.

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Organograma PNT 2007/2010	36
FIGURA 2 – Mapa dos Arraiais	60
FIGURA 3 – Chafariz São José	66
FIGURA 4 – Igreja Nossa Senhora do Pilar	66
FIGURA 5 – Igreja Nossa Senhora do Pilar	67
FIGURA 6 – Casa de Câmara, Cadeia e Intendência	67
FIGURA 7 – Parlatório	68
FIGURA 8 – Igreja Nossa Senhora dos Mercês	68
FIGURA 9 – Sinos	69
FIGURA 10– Casa da Dona Otília	70
FIGURA 11 – Museu Casa da Princesa	71
FIGURA 12 – Antiga forca dos escravos	71
FIGURA 13 – Imperadores da Festa do Divino	72
FIGURA 14 – Celebração Nossa Senhora do Pilar	73
FIGURA 15 – Cavalhada	73
FIGURA 16 – Festeira Folia Santos Reis	74
FIGURA 17– Teatro Paixão de Cristo	74
FIGURA 18 – Cachoeira do Ogó	75
FIGURA 19 – Vista de Pilar de Goiás	101
FIGURA 20 – Yamana Gold	104
FIGURA 21 – Comércio Remédios Naturais	104
FIGURA 22 – Cartório	105
FIGURA 23 – Curral Fazenda Engenho São Pedro	105
FIGURA 24 – Carro de Boi Fazenda Engenho São Pedro	106
FIGURA 25 – Gado Nelore Fazenda Villar	106
FIGURA 26 – Vista Fazenda Villar	107

FIGURA 27 – Rio Vermelho Fazenda Villar	107
FIGURA 28 – Reservatório em construção Fazenda Odilar	108
FIGURA 29 – Pesque-pague Rancho Fundo	108

**LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – Tempo de residência em Pilar de Goiás	81
GRÁFICO 2 – Número de moradores empregados atualmente	81
GRÁFICO 3 – Orgulho da tradição histórica cultural pilarense	81
GRÁFICO 4 – Moradores que já visitaram o centro histórico de Pilar de Goiás	81
GRÁFICO 5 – Opinião quanto à reutilização do centro histórico para o turismo	82
GRÁFICO 6 – Consciência da necessidade em conservar as riquezas naturais e Culturais	82
GRÁFICO 7 – Opinião quanto aos entraves na captação de mais turistas	83
GRÁFICO 8 – Formas de contribuição da atividade turística	84
GRÁFICO 9 – Interesse na abertura da propriedade rural para visitação	85
GRÁFICO 10 – Atrativos turísticos existentes nas propriedades	86

**LISTA DE QUADROS E TABELAS**

QUADRO 1 – Efetivo Rebanhos 2010	62
TABELA 1 – Boletim Dados do Turismo de Goiás	45
TABELA 2 – Infraestrutura turística de Pilar de Goiás	77

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA**

- ABRATUR – Associação Brasileira de Turismo Rural
- ACT's – Atividades Características do Turismo
- AGOTUR – Associação Goiana de Turismo Rural
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
- FAPEG – Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- Minc – Ministério da Cultura
- MTur – Ministério do Turismo
- OMT – Organização Mundial do Turismo
- ONG's – Organizações não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAC – Programa de Aceleração Cidades Históricas
- PCH – Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas
- PET – Plano Estadual de Turismo
- PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo
- PNT – Plano Nacional de Turismo
- PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
- RI – Revolução Industrial

PRT – Programa de Regionalização do Turismo

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TER – Turismo em Espaço Rural

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>CAPÍTULO I - AS BASES CONCEITUAIS DE SUSTENTABILIDADE E A HISTÓRIA AMBIENTAL PARA O TURISMO</b>	16
1.1 Estudos referentes à temática do Desenvolvimento Sustentável	19
1.2 Meio Ambiente e História Ambiental: visões do homem e da natureza	25
1.3 Turismo e Meio Ambiente	30
<b>CAPÍTULO II – TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL E PATRIMÔNIO CULTURAL</b>	33
2.1 Turismo no Brasil	33
2.2 O Turismo Rural	37
2.3 Turismo Rural em Goiás e as Políticas Públicas de Turismo em Zonas Rurais	40
2.4 O Patrimônio Cultural e as Políticas Preservacionistas Patrimoniais	45
2.5 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN	50
2.5.1. As Políticas Culturais do IPHAN	51
2.6 Patrimônio Cultural e Turismo	53
2.7 Bens Patrimoniais Culturais Brasileiros	55
<b>CAPÍTULO III - PILAR DE GOIÁS – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO</b>	57
3.1 Séculos XVIII e XIX: de Arraial à Vila de Pilar de Goiás	57
3.2 Conjuntura Econômica, Social e Política de Pilar de Goiás	61
3.3 Atrativos Culturais e Naturais de Pilar de Goiás	65
3.3.1 Infraestrutura Turística de Pilar Goiás	75
3.4 Procedimentos Metodológicos	77
3.5 Análise dos Resultados	80
3.5.1 Análise Quantitativa	80
3.5.2 Análise Qualitativa	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	89
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	93
<b>ANEXOS</b>	101



## INTRODUÇÃO

A globalização dos padrões político-econômicos ocidentais foi o fenômeno mais notório nesse período de transição para o terceiro milênio e adentramos o século XXI com a maior de suas consequências, a inconclusiva problemática ambiental. No século passado a natureza foi tida como inimiga que deveria ser combatida. Hoje, as consequências dessa visão resultaram num cenário em que se discute diuturnamente temas como desmatamento, aquecimento global, as chances não mais remotas de escassez da água e outros recursos naturais, as desigualdades sociais, bem como a proposta de um desenvolvimento que vise à melhoria das condições de vida do ser humano e que respeite os limites dos ecossistemas.

A incoerência do sistema capitalista de produção reside no fato de que o seu principal objetivo – crescimento econômico – é insuficiente para justificar a prática exploratória dos recursos naturais, pois seus resultados não são equitativos ou distributivos, ao contrário, traz profundas assimetrias sociais, econômicas e ambientais. A era do emprego de novas tecnologias de produção acarretou profundas transformações na vida da população mundial, dentre elas, talvez a maior, o próprio risco de sobrevivência.

Assim como o capital e trabalho se globalizaram, é preciso também globalizar o desenvolvimento. Essa é a pauta principal do novo modelo de desenvolvimento proposto a partir de 1987, quando da elaboração do Relatório *Brundtland*: globalizar as questões sociais e ambientais. Se melhor assimilado, o Desenvolvimento Sustentável servirá para perpetuar o crescimento econômico. Ele não prevê soluções universais ou fórmulas generalizadas, mas propõe estratégias de longo prazo.

Se ideologia é compreendida por ideias que marcam uma época, o movimento ambientalista pode ser considerado uma manifestação ideológica de conscientização. Os problemas ambientais são, do mesmo modo que qualquer outro, problemas econômicos, sociais e políticos agravados pelo capitalismo. Grifo para agravados, pois neste trabalho, as incursões da relação homem natureza estarão circunscritas em uma perspectiva macro, possibilitada pelas multifacetadas visões de mundo da história ambiental.

A história ambiental significa refletir as “consequências ambientais do agir humano” (PÁDUA, 2010, p. 84) ao longo do tempo. Não considera o desenvolvimento industrial como raiz do problema ambiental e social, mas, como já dito, ele acentuou

sua gravidade. Todavia, mais difícil que diagnosticar as causas das avarias imputadas ao meio ambiente, analisando desde as condições humanas mais primitivas até a atualidade, é o combate aos hábitos e valores que o homem moderno introduziu.

Não se trata de um estudo historiográfico. A historiografia geral aborda temas como o tempo, preservação, cultura, espaço, sociedade e tantos outros; e dentro dela, existe a história ambiental, que em seus recortes aproxima-se dos principais assuntos deste trabalho: cultura e natureza, patrimônio cultural e ambiental, temporalidade, memória, turismo.

Com uma visão mais acurada dos mundos social e natural, permitida pela interpretação da história ambiental, a linha central de raciocínio deste estudo se perfaz através da análise das possibilidades da aplicabilidade do turismo rural sustentável, num espaço cultural e natural marcado pelos resquícios da colonização portuguesa. O interesse é justificado pelas riquezas ímpares naturais e culturais existentes no patrimônio histórico nacional de Pilar de Goiás, localizado a 263 quilômetros de Goiânia e a 280 quilômetros de Brasília, ainda conhecido por uma minoria de brasileiros e que passou por anos de esquecimento após o apogeu do ciclo da mineração.

O turismo rural é ainda uma novidade se comparado à tradicional modalidade de turismo de lazer (RODRIGUES, 2001). A expansão da categoria de turismo em meio rural é compreendida pela elevação da consciência ambiental dos consumidores e ao valor que a sociedade contemporânea tem atribuído ao espaço agrário, sendo considerados como clientes pessoas desejosas de se integrarem à vida rural, de retornarem aos valores da simplicidade, da natureza e tradição, em oposição aos padrões comportamentais urbanos. Os elementos do turismo rural e cultural se complementam, a prática de um pode estar vinculada ao outro, pois o laço entre a diversidade cultural e natural é bastante estreito.

O turismo rural contribui para manutenção do controle de desenvolvimento em mãos nativas, que permite reinventar novos padrões endógenos de desenvolvimento. Entretanto, ainda há no contexto atual uma disjunção entre teoria e prática da atividade turística, sendo necessário reverter além do estigma econômico da prática, o comportamento hedonista de seus usuários. É preciso impedir que os recursos naturais e patrimoniais sejam submetidos aos imperativos do mercado a fim de possibilitar sua preservação para as futuras gerações.

Consoante ao que foi mencionado, o tema desse trabalho de dissertação em Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, na linha de

pesquisa Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente, é o turismo rural como fator de contribuição ao desenvolvimento sustentável no município de Pilar de Goiás. Essa é uma temática multidisciplinar, inserida no contexto de globalização e sustentabilidade, e que reúne discussões ambientais, históricas, geográficas, patrimoniais, políticas, econômicas, dentre outras, mas que tem como eixo estruturante o turismo, especialmente na sua vertente rural. As políticas preservacionistas ambientais, patrimoniais e de turismo ampliam o horizonte investigativo do estudo.

Buscamos analisar esse objeto em Pilar de Goiás, pois a viabilidade dessa pesquisa decorre do fato de que a maior parte do município é ocupada por pastagens, havendo elevada concentração de pequenas propriedades rurais, sendo a agropecuária a base da economia local. Além de ser extremamente rica na biodiversidade de seus ecossistemas, Pilar de Goiás mantém parcialmente seu traçado original, com sua arquitetura setecentista e oferece aos poucos turistas que a visitam, uma viagem ao tempo passado, um encontro com a história colonial, por meio de seus casarões, chafarizes seculares, sinos de ouro, igrejas, cachoeiras, grutas e festas religiosas.

Partindo do que fora exposto, estabelecemos como problema geral desse trabalho a seguinte interrogativa: quais as condições necessárias à inserção do turismo rural, embasado pela ótica do desenvolvimento sustentável e do Plano Nacional e Estadual de Turismo, no município de Pilar de Goiás e região?

Como problemas específicos, apresentamos esses questionamentos: de que forma os atrativos naturais e culturais existentes no município de Pilar de Goiás poderão gerar um Turismo Rural Sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população rural e urbana? Quais as políticas públicas efetivas que oportunizarão o turismo como fator dinamizador da economia do município de Pilar de Goiás? Quais as expectativas dos proprietários rurais e da população urbana no tocante ao desenvolvimento sustentável da atividade turística no município de Pilar de Goiás?

O turismo sustentável no campo possui princípios extremamente relevantes, pois além de gerar renda, ocasiona a melhoria da qualidade de vida da população, promove a consciência ambiental, por meio do uso racional dos recursos naturais e culturais, salvaguarda costumes e tradições. Nesse sentido, o estudo se apresenta de forma adequada ao que é proposto por esse programa de mestrado, e ainda, proporcionará um olhar mais crítico sobre as potencialidades turísticas ainda ocultas no Estado de Goiás.

Os objetivos desse estudo é elencar as formas que a atividade turística rural oportunizará como fonte alternativa de renda e melhoria na qualidade de vida dos

pequenos produtores rurais do município de Pilar de Goiás, apontar o potencial turístico do campo e da cidade tombada, apresentar formas de salvaguardar e valorizar hábitos, costumes, tradições e história do povo de Pilar de Goiás.

A metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos será Por meio de pesquisa descritiva com abordagem quanti-qualitativa, sendo o instrumento de pesquisa a aplicação de questionários e a técnica do Grupo Focal. A saber, na confecção dos dois primeiros capítulos foi necessária uma pesquisa em fontes secundárias com dados bibliográficos e documentais que auxiliaram a compreensão teórica e a orientação metodológica a seguir. A pesquisa buscou informações em livros, teses, dissertações, artigos científicos virtuais e impressos, fontes governamentais acessadas principalmente nos sites do Ministério do Turismo, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentre outros.

Para sustentar a fundamentação teórica, as discussões se ativeram às temáticas do desenvolvimento sustentável, da história ambiental, do turismo rural e patrimônio cultural, encontrando essencial (não único) respaldo em Sachs (1993), (2009); Pádua (2010); Rodrigues (2001), (2003) e Barreto (2000), considerados verdadeiros baluartes dos assuntos.

A pesquisa de campo, essencial ao estudo, realizada por meio da aplicação de 25 questionários, sendo 15 destinados aos proprietários rurais e 10 aos cidadãos que residem em Pilar no mínimo há dez anos, foi realizada nos dias 11; 12 e 13 de Agosto de 2011. O segundo momento da pesquisa de campo ocorreu no dia 21 de Abril de 2012, quando da realização da técnica do Grupo Focal, com 5 proprietários rurais que também participaram da aplicação dos questionários. Todos os sujeitos convidados a participar da pesquisa participaram com prontidão, no entanto, alguns, em especial os representantes do meio rural, mostraram-se a priori reticentes, poder-se-ia dizer até temerosos quanto ao teor do trabalho, mais especificamente, quanto ao que seria feito após sua contribuição. Não fosse pela ajuda inestimável da senhora Hilda Esteve Guimarães, moradora de Pilar de Goiás há mais de trinta anos, que esteve presente em várias das entrevistas, apresentando a pesquisadora aos sujeitos, dando-lhe maior credibilidade e respeito, a pesquisa no meio rural não teria sido tão bem aceita e proveitosa.

Desse modo, a proposta dessa dissertação foi estruturada em três capítulos, delineados da seguinte maneira:

O primeiro capítulo trata inicialmente de sublinhar a importância de inserir no processo de desenvolvimento econômico os valores ambientais e sociais, abrangendo a trajetória do movimento ambientalista e o surgimento do desenvolvimento sustentável. A partir desse contexto, a análise é desdobrada trazendo à tona as complexas relações sociais e ambientais existentes desde os primórdios da civilização, as diversas percepções culturais acerca do mundo natural, interpretadas pela história ambiental. E, ainda, a relação entre o turismo e meio ambiente, um fenômeno da modernidade, que possui pontos cruciais em comum com os objetivos de desenvolvimento do novo milênio.

O segundo capítulo aborda a polissemia da expressão turismo rural, e suas subjacentes definições, ressentindo a carência de precisão quanto à definição dessa categoria de turismo. Apresenta as políticas públicas de turismo em zonas rurais, esclarecendo que para sua sistematização e consolidação da atividade turística o estado há de desempenhar papel crucial. Na segunda parte deste trabalho, é discutido também o ressignificado de patrimônio cultural, as políticas culturais de preservação engajadas com as estratégias de desenvolvimento local e seu elo com o turismo. A construção deste capítulo permite avivar como a pluralidade étnica, cultural e histórica, características tão marcantes no Brasil, podem fazer com que a permanência no meio rural se torne ainda mais interessante.

O terceiro e último capítulo está focalizado no empírico objeto de estudo e iniciará com um resgate histórico do patrimônio Pilar de Goiás, entrelaçado ao seu contexto histórico, político, econômico e social. Apresenta os atrativos naturais e culturais ali existentes e a infraestrutura turística local. Com precisão e detalhamento foi feita a análise e interpretação dos dados coletados, acerca das percepções que os proprietários rurais e cidadãos possuem quanto ao desenvolvimento da prática turística rural em Pilar de Goiás, as formas de contribuição da atividade e os atrativos turísticos existentes no interior das propriedades.

## CAPÍTULO I

### AS BASES CONCEITUAIS DE SUSTENTABILIDADE E A HISTÓRIA AMBIENTAL PARA O TURISMO

A ciência moderna surgiu em meados do século XVII, como instrumento de validação do conhecimento gerado a partir do estudo dos métodos. Antes o que era movido pela fé e posteriormente pela filosofia da razão, cedeu lugar ao pensamento exato, comprovado. Aliada à revolução do pensamento ocidental, a ciência moderna passa a ser valorizada e reconhecida, dado o seu caráter de contribuição ao desenvolvimento de novas formas de produção que eclodiram a partir dessa época, em destaque, o capitalismo.

O nascimento desse novo sistema de produção ocorreu a partir do final do século XVIII e início do século XIX, com o advento mais marcante da civilização moderna, a Revolução Industrial (RI). O desenvolvimento industrial se consolidou com a intensificação do processo de produção e consumo, baseado numa relação de domínio e exploração dos recursos naturais sem precedentes, fazendo da natureza mercadoria principal.

Rousseau (1996) parafraseia Descartes, filósofo francês, que já alertava sobre o objetivo da ciência é permitir ao homem “assenhorar-se da natureza”. Cumprindo tal preceito, o homem moderno adotou a postura de criador ao invés de apenas mais uma das inúmeras criaturas existentes no planeta terra. Mesmo com os atributos que a ele foram concedidos diferenciando-o das demais criaturas, como a liberdade e racionalidade, esse novo criador apresenta um desvio ético e comportamental em algumas circunstâncias. Ele tem agido com a natureza conforme o “direito do mais forte” proposto por Rousseau em O Contrato Social. Ora, se força não é sinônimo de direito, este homem, por uso de seu poder, se autodesignou possuidor dos bens naturais. E, por conseguinte, a usurpação destes parece se transformar em um direito. Mas, o que de fato é direito, é apenas o de democratizar tais recursos (ROUSSEAU, 1996).

Todavia, a responsabilidade das ações humanas sobre a natureza é histórica, não está arraigada apenas na civilização contemporânea. O sistema de colonização erigiu-se com a dizimação dos índios das Américas, a escravização do negro africano e, no caso brasileiro, somado a inicial dilaceração da Mata Atlântica (MINC, 2005). Havia incomparáveis exemplos etnológicos (alguns milenares) a serem seguidos e que

poderiam reafirmar o conceito que sustentou por muitos anos a cadeia ecológica no planeta, tais como: a antiga civilização grega, que desprestigiava o trabalho exaustivo; alguns povos do Oriente, com a concepção teológica acerca da natureza; e os indígenas, com sua economia de subsistência. Entretanto, o homem moderno preferiu assumir com sagacidade a herança de comportamento deixada pelo período colonial, fazendo se muitas vezes bárbaros ou selvagens como os seus senhores foram.

Ao incorporar os valores do capitalismo como ideal máximo e globalizar os povos, deixando-se influenciar pelo antropocentrismo, a cultura do homem ocidental triunfou rechaçando outras formas de conhecimento, outros saberes. E mais, tomado pelo seu alienante comportamento que menospreza os limites dos recursos naturais, considerando a sua existência em demasiada quantidade, age de maneira ludibriosa com seu semelhante.

Pode-se inferir que muitos dos problemas sociais e ambientais hoje vivenciados, têm relação direta com a forma em que as ciências sociais orientaram o desenvolvimento do conhecimento e, conseqüentemente, a formulação de políticas públicas sociais (MATALLO JUNIOR, 2008). As teorias propostas pelos grandes pensadores e autores da moderna teoria social, como Marx, Durkheim e Weber, buscavam apenas as leis que regiam o funcionamento das sociedades, mas não engendravam as conseqüências do comportamento humano em espaço territorial e geográfico (GIDDENS, 1991). Envolvidos com a dicotomia capital-trabalho não se atentaram para a dicotomia (inventada, infundada) homem-natureza.

Urge que se assimilem concepções mais abrangentes, interligadas, pois foi possível testemunhar a insuficiência das ciências ditas universais para explicar os complexos fenômenos existentes entre as ciências sociais e naturais (VEGA, 2005). A integralização dos saberes para gerir os conflitos ambientais ocasionados pelo homem sugere a confluência entre os diversos campos do conhecimento científico: as ciências sociais; as ciências naturais; as ciências biológicas; as ciências exatas; as ciências econômicas. Incorporada ao “diálogo dos saberes” (LEFF, 2001), essa relação de conhecimentos não compartimentalizados deve ser encarada como verdadeiro desafio epistemológico, propondo respostas que orientem em escala política, a solução de problemas de ordem ambiental ocasionados pela conflituosa relação homem e natureza (MATALLO JUNIOR, 2008).

A capacidade humana de adaptação, aliada ao estrondoso avanço dos recursos tecnológicos ocorrido nas últimas décadas e sua utilização muitas vezes indevida,

provocou e ainda provoca severas transformações no meio. Uma delas, talvez a de maior repercussão, é a explosão demográfica, que se comparada com os séculos anteriores, em especial os dois últimos, aconteceu de forma alarmante e, principalmente, desordenada. Más, em conformidade com a aplicação das técnicas que propiciaram o denominado desenvolvimento.

A tecnologia industrial deu ao homem a ilusão de domínio dos recursos naturais, iniciando, a partir daí, uma prática de espólio desmedida ao meio ambiente, fazendo-o enxergar como um elemento fora do sistema natureza, ao invés de se constituir parte dele, como na verdade o é. À medida que o homem fora transformado em objeto de trabalho mecanizado e alienante, a modernidade e o progresso negaram a natureza, fazendo surgir um novo modelo de sociedade, reinventada pela ciência, guiada pelos valores ocidentais, caracterizados pelo consumo e desperdício, que se afirmou após a I Guerra Mundial, sendo especial e inicialmente representado pela sociedade norte-americana.

Com a busca incessante pela satisfação das necessidades individuais, derivadas do tipo de sociedade a que estamos vinculados, a feroz intervenção humana na natureza nos últimos anos acarretou o caos ambiental, o qual a sociedade pós-industrial está vivenciando. O caos ambiental ou crise ambiental é resultado da mais perfeita negação humana da finitude daquilo que é extraído da natureza.

Diante da percepção de que o homem é capaz de paralisar a sua própria existência, inicia, ao final do século XX, uma corrida caracterizada por conferências, reuniões, fundação de partidos e criação de Organizações não Governamentais – ONG's - que alertaram sobre a escassez dos recursos naturais e a necessidade de se impor limites ao modelo de desenvolvimento vigente.

Esse movimento denominado ecológico, ecologismo, ambientalismo ou Revolução Ambiental, questiona a ciência e a tecnologia, e sugere a adesão de uma postura ética em relação à natureza, alicerçada em novos hábitos e formas de produção material. Em sentido político ideológico, Leff (2001, p.16) compreende que é preciso “internalizar as externalidades socioambientais ao sistema econômico”. Afirmção que reitera a intenção do Movimento Ambientalista em ajustar e inserir políticas socioambientais na economia neoliberal, com exigência de mudança no foco do capital econômico para o capital ecológico.

### 1.1. Estudos referentes à temática do Desenvolvimento Sustentável

Os séculos XVIII, XIX e XX foram marcados pela ênfase na solução de alguns problemas, sendo o primeiro focado nos de ordem política; o seguinte, na socialização dos meios de produção e, no século passado, emerge a temática ambiental como consequência de problemas não solucionados desses séculos anteriores (VESENTINI, 1992).

Movimento ambientalista ou ambientalismo “é o conjunto de ações teóricas e práticas visando à preservação da natureza” (MONTIBELLER, 2004, p. 31). Em meados de 1960, especialmente a partir da década de 70, ocorre o despertar ecológico. Nesse momento a onda de conscientização ambiental ganhou força associada à ideia de vida perdida na guerra e com especial preocupação sobre os riscos advindos das usinas nucleares. Estes denominados movimentos ambientais eclodiram das sociedades ocidentais, com paulatina influência das sociedades norte-americana e europeia, que já haviam adquirido seus direitos políticos e sociais (MACHADO, 2008).

O hastear da bandeira de combate à degradação ambiental ou de proteção à natureza surgiu justamente em defesa dos direitos naturais da sociedade humana e, posteriormente, em defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais. Entretanto, ainda nos dias de hoje, observa-se a preocupação e destaque prevaletentes com a soberania política, econômica e territorial, postergando a soberania natural e social.

Alguns autores consideram como limiar da consciência ambiental a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962, que alertava para os efeitos nocivos e impactos no ambiente natural e saúde humana, causados pelo uso e introdução de agrotóxicos na agricultura. Ao final dessa década, foi criado o Clube de Roma, entidade composta por intelectuais e empresários que almejava soluções indicativas para uma sociedade sustentável, porém, muito radical, associada ao desenvolvimento zero, que significava cessar o desenvolvimento (MONTIBELLER, 2004).

O Clube de Roma não foi tão conhecido e se deparou com forte resistência, justificada pelo período desenvolvimentista que vários países se encontravam, sendo a política de aceleração econômica a prioridade destes. Em 1972, o Clube de Roma elaborou o Relatório *Meadows*, intitulado *Limites do Crescimento*. Esse relatório apontava para a exaustão dos recursos naturais, revelando ao mundo capitalista que estes não são infinitos e que o modelo de desenvolvimento praticado ocasionou a

desorganizada elevação do contingente populacional e, conseqüentemente, resultaria em incompatibilidade na produção de alimentos necessária ao abastecimento da população.

Nesse mesmo ano, foi realizada em Estocolmo, na Suécia, a 1ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, com o lema “Uma só Terra”. Essa conferência é considerada marco na disseminação dos problemas ambientais em escala planetária, com tentativas de amenizar os impactos da RI. Teve como resultado a elaboração da Declaração de Estocolmo ou Declaração sobre o Ambiente Humano e também a criação de um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Todavia, foi fortemente marcada pela não conformidade de interesses dos países envolvidos, pois os países em desenvolvimento refutaram a ideia de desacelerar o ritmo de crescimento em que se encontravam. O Brasil se posicionou junto àqueles que não reconheceram a gravidade dos problemas ambientais, aderindo à mensagem da Primeira Ministra da Índia, Indira Gandhi, ao afirmar que a maior poluição não é a industrial, mas a pobreza (BARBIERI, 2005).

Devido à crença onipotente no crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico como elementos libertadores da humanidade, os ideais preservacionistas e conservacionistas primeiros não englobavam os aspectos sociais, estavam focados apenas em tratar os impactos ambientais ocasionados no ecossistema e alterar essa prática espúria. O canadense Maurice Strong, em 1973, utilizou pioneiramente a expressão ecodesenvolvimento, que imputava um alargador ou alternativo modelo de desenvolvimento, capaz de impedir que o lucro a curto prazo continuasse a se traduzir em custos ambientais e sociais. Esse novo conceito, paradigma ou padrão normativo, foi construído em resposta aos limites reducionistas do pensamento científico, que não concatenava os problemas de ordem social e ambiental em suas teorias (MONTIBELLER, 2004).

O economista Ignacy Sachs tornou-se o principal expoente deste pensamento e elaborou as cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento, compendiadas da seguinte maneira: sustentabilidade social – o desenvolvimento deve reduzir as desigualdades sociais e possibilitar melhoria da qualidade de vida da população; sustentabilidade ecológica – alocação adequada dos recursos não renováveis, acoplando ao sistema de produção a combinação de insumos menos poluentes e com baixo teor de energia; sustentabilidade espacial/geográfica - dissipação do abismo social e econômico entre os espaços rural e urbano; sustentabilidade cultural – valoração e o respeito às

diversidades culturais existentes; sustentabilidade econômica – distensão da avaliação dos impactos econômicos ao nível macrossocial, não se restringindo à lucratividade dos mercados (SACHS, 1993).

Além dessas, o mesmo autor conclamou posteriormente ao corolário de sustentabilidade no sistema internacional para manutenção da paz, afirmando que “as guerras modernas não são apenas genocidas, mas também ecocidas” (SACHS, 2009, p. 72). Esse pródigo pilar de sustentabilidade confere a preocupação quanto aos riscos de extinção dos recursos naturais que sustentam a complexa tecnologia de confrontos de tal envergadura, não se restringindo apenas ao alerta à possibilidade de perda de vida humana.

O ecodesenvolvimento enfatiza a importância de modelos de desenvolvimento local com gestão participativa, que atenuem as desigualdades locais por meio de soluções endógenas. Compreende que desenvolvimento e crescimento não são sinônimos e que para ter desenvolvimento, este necessariamente precisa ser incluyente (SACHS, 2009). Mais do que desenvolver, é reinventar esse processo, permitindo que os resultados de seu feito possam perpassar por mãos nativas.

A detenção do controle de escoamento da produção petrolífera pelas nações médio-orientais, através da exorbitante elevação do preço do barril de petróleo, na década de 70, culminou com a crise desse recurso, principal fonte de energia da época e símbolo do progresso. As nações hegemônicas mundiais passaram por um período de recessão e, no Brasil, era chegado o fim do “Milagre Econômico Brasileiro”.

As crises de 1973 e 1979 ilustraram a dependência e submissão do homem frente aos recursos naturais, comprovando-os finitos e o colapso que sua ausência provocaria em escala global. Tais acontecimentos contribuíram para que na década de 80 se percebesse no movimento de expansão ecológica sua consolidação em campo político institucional, com a proliferação de ONG's e criação de partidos políticos ou partidos verdes, que para muitos tinham raízes socialistas e almejavam sistematizar seus ideais e inseri-los em esfera pública ou política (VINCENT, 1995).

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU - criou em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão de *Brundtland*. Essa comissão iniciou em 1986, na Conferência de Ottawa, no Canadá, a formular outro conceito de desenvolvimento, análogo ao anterior, agora intitulado Desenvolvimento Sustentável. Este foi publicado um ano depois no Relatório de *Brundtland* ou Nosso Futuro Comum e é interpretado como “aquele que

atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 43.). Tal conceito explicita o termo necessidade e revela de maneira implícita o problema do uso irracional da ferramenta tecnológica, mola propulsora das formas de produção, capaz de impedir o atendimento às necessidades das futuras gerações.

É provável que o Relatório de *Brundtland* tenha sido bem aceito na comunidade internacional porque não volvia alterações radicais em nível global nas estruturas políticas, sociais e econômicas. Fato que pode ser observado nos principais eixos de sustentação que orientam as ações políticas e integradas do documento: controle do contingente populacional; provimento ao longo prazo de recursos (água, alimentos e energia) mínimos à sobrevivência e atendimento às necessidades básicas como educação, saúde e moradia; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; redução do uso de energias não renováveis e desenvolvimento de tecnologia com base em fontes energéticas renováveis; estímulo à produção industrial nos países em desenvolvimento através de tecnologias limpas; organização do espaço urbano e integralização com o campo (CMMAD, 1991).

Silva (2008, p. 18), em entendimento mais humanístico, concebe o Desenvolvimento Sustentável como “um processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do individual para o coletivo”. Pode-se também associar a esse recomendável receituário de desenvolvimento o preceito de equidade, que significa tratar desigual quem é diferente, priorizar as necessidades genuínas humanas daqueles que mais precisam. O desenvolvimento sustentável assumiu as preocupações postuladas pelo ecodesenvolvimento, articulando-as às preocupações globais governamentais, projetando que a aplicabilidade desse novo modelo de desenvolvimento sugeriria à sociedade contemporânea práticas alternativas de conceber sua relação com o meio.

Em suma, o novo paradigma de desenvolvimento, ancorado nas definições de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, confere importantes pontos de convergência: a visão holística; a abordagem sistêmica; a busca de um planejamento que permita o crescimento endógeno e, principalmente, o denominador comum representado pelo pilar ambiental (MONTIBELLER, 2004).

O avanço do pensamento ecológico no Brasil ocorre concomitante à luta pelos ideais democráticos, com apelo jurídico na Carta Magna, envolvendo atores da cúpula dos governos para conseguir sua legitimação. A inicial tentativa em mitigar os

problemas ambientais referendados foi com a elaboração da Política Nacional de Meio Ambiente, sancionada pela lei 6938 de 31 de Agosto de 1981 (BRASIL, 1981).

Não obstante, as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente se ativeram apenas às ações pulverizadas que orientavam o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, mensurado quase que exclusivamente pelos impactos das atividades potencialmente poluidoras. Não defronta no documento iniciativas em consonância com os critérios sociais, econômicos e culturais.

Em 1988, o trato nas questões ambientais edifica-se com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil ao dedicar um capítulo ao meio ambiente, solidificando os princípios de Estado Democrático de Direito. Sobre o assunto, o artigo 225 do Capítulo VI do documento retromencionado atesta que:

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Reafirmando sua postura de defensor ou adepto aos ideais do movimento ambientalista, o Brasil, em atitude solícita, opta por ser anfitrião da nova conferência que a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu realizar até o ano de 1992, para avaliar os resultados dos acordos assumidos 20 anos antes, em Estocolmo. Em 1989, é definido pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD – que a cidade do Rio de Janeiro sediaria a Conferência na primeira quinzena de Junho de 1992, período escolhido de forma a coincidir com o dia do Meio Ambiente (MACHADO; SANTOS; SOUZA, 2008).

A Conferência Cúpula da Terra, mundialmente conhecida como Eco 92 ou Rio 92, congregou a participação de 175 países. A relutância nas negociações entre os países signatários esteve presente em todas as principais circunstâncias desse grandioso evento. Mas, controverso à Estocolmo, as preocupações globais foram compartilhadas sem preponderar como anteriormente, a disputa de interesses ideológicos.

Dentre os principais documentos e planos de ações aprovados na CNUMAD, encontram-se: Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, texto que “reafirma e amplia a Declaração de Estocolmo” em 27 princípios; Convenção sobre mudanças climáticas, cujo objetivo era o de estabelecer limites à emissão dos gases provocadores do efeito estufa, em destaque o dióxido de carbono, acelerador da “depleção da camada de ozônio”; Declaração de princípios e

florestas, alicerçada na ideia de combater a exploração e proteger as florestas; Convenção sobre diversidade biológica, que partia do pressuposto de conservar a diversidade biológica e resguardar benefícios aos detentores dos recursos biológicos e aqueles que transferem suas tecnologias para manipulação genética destes; e a Agenda 21 (BARBIERI, 2005).

A Agenda 21, mais tarde Programa 21, é um documento extenso, disposto em quarenta capítulos, que sintetizou todos os já apresentados assuntos acordados na CNUMAD e outras questões discutidas em momentos que antecederam a sua realização. É um documento consensual com o pretense objetivo de redimensionar em proporções universais os problemas ecológicos e humanos imbricados no modelo economicista de desenvolvimento, delineado por um conjunto de ações com vistas à regulamentação das diretrizes do desenvolvimento sustentável.

Para Matallo Junior (2008), uma das fragilidades da Agenda 21 concentra-se no fato de que seu princípio fundamental é o envolvimento da comunidade na tomada de decisão que propõe o novo modelo de desenvolvimento e, no entanto, o documento ainda é desconhecido pelos seus atores sociais.

Dez anos mais tarde realizou-se na África do Sul, em Joanesburgo, a Conferência Mundial Cimeira da Terra ou Rio + 10, com o propósito de analisar a exequibilidade da Agenda 21 e rever suas ações, almejando uma execução mais eficiente e possível, em especial, daquilo que estava ainda apenas no papel.

Infelizmente os resultados de Joanesburgo não se assemelharam ao clima de cooperação da Rio 92, prevalecendo o antagonismo de opiniões e posicionamentos, ao ponto do bloco *Juscanz* (Japão; Estados Unidos; Austrália e Nova Zelândia) represar a louvável proposta brasileira, laureada pela União Europeia, de substituir em 10% as poluentes matrizes energéticas por fontes renováveis de energia mais limpas, como a energia eólica, solar, geotermal, biomassa (SEQUINEL, 2002).

Para a mesma autora, a explicação para os posicionamentos opostos está imbuída na contextualização geopolítica que os eventos se deram. O espírito de união da Rio 92 adveio com o fim da Guerra Fria, simbolizada pela quebra do Muro de Berlim em 1989, ao passo que a Rio + 10 transcorreu em ambiente conflitante, calcado pela evolutiva desigualdade social.

Por fim, o mais recente de todos os acontecimentos engajado com a luta pelos ideais de sustentabilidade, a Rio + 20, que reuniu 193 estados membros da ONU, em Junho deste ano, novamente no Rio de Janeiro, foi considerada satisfatória pelos chefes

de estado. Mas pelo balanço apresentado pela imprensa e pela própria reação da sociedade civil, ao invés de avanço, considera-se que houve paralisação nas negociações, quiçá, um retrocesso.

Sem conteúdos mais expressivos e compromissos efetivamente assumidos, os principais temas do evento estiveram circunscritos à Economia Verde e a nova Governança Mundial do Desenvolvimento Sustentável. Quanto a essa, foi criado o Fórum de Alto Nível para Desenvolvimento Sustentável em substituição à Comissão de Desenvolvimento Sustentável criada na Rio 92, para fiscalizar os compromissos realizados ao longo da trajetória de conferências ambientais mundiais (Rio20, *online*).

As políticas de economia verde defendem maior autonomia para os países utilizarem mais livremente as tecnologias que considerarem apropriadas, o que na prática, poderá implicar a continuidade do uso de técnicas agressivas ao meio ambiente, durante o processo produtivo.

O documento final produzido, intitulado “O futuro que queremos”, é baseado praticamente em um protocolo de intenções, com temas antigos como erradicação da pobreza, energia, consumo, produção sustentável e outros. Como dito, há apenas intenções redundantes do que deve ser feito, sendo omissos na assunção de responsabilidades, demonstrando o quão difícil será alterar a *performance* de desenvolvimento econômico mundial e tirar os países desenvolvidos e em desenvolvimento da inércia quanto ao cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

## **1.2 Meio Ambiente e História Ambiental: visões do homem e da natureza**

Feitas as ponderações a respeito da evolução do ambientalismo, é o momento de refletir sobre a terminologia meio ambiente, as concepções de natureza e sua relação com o turismo. Branco (1999, p. 61) designa a natureza como “faculdade geradora; princípio de tudo o que nasce; conjunto de tudo o que nasce; não é mais que um conjunto organizado de seres vivos e não vivos”. Já para conceituar meio ambiente Branco (1997, p. 8) afirma: “é o conjunto de elementos e fatores físicos, químicos e biológicos necessários à sobrevivência de cada espécie”. Encontra-se definição similar no art. 3º. inciso I da Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente: “é o conjunto de condições, leis, influências e interações

de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Assim como os recursos naturais são partes indissolúveis do meio ambiente, o homem também é, afirmação que torna impossível divorciar a concepção de cunho antropocêntrico atinente às reflexões sobre meio ambiente, mas que se faz imperioso superá-la. Morato (2003, p. 60) diz que “a expressão meio ambiente é um pleonasma”, afinal, os termos meio e ambiente são sinônimos. A diferença entre ambiente e natureza é que o primeiro compreende a relação humana no meio em que está inserida, enquanto que o outro é um ambiente que existe independente da criação, da intervenção ou não do homem.

A história da natureza tem curso e movimento próprios, não é estática. Desde o surgimento do planeta há bilhões de anos sempre houve os vulcões, glaciações, terremotos, surgimento e extinção das espécies. Entretanto, existe hoje a espécie humana, que surgiu há apenas alguns milhões de anos e que é capaz de potencializar as catástrofes, colocando a situação ambiental como resultado da conjugação dos movimentos concernentes à natureza e de sua ação sobre esta (MARTINS, 2007). Em paradoxo à natureza, estão os ecossistemas que são constituídos por uma teia de elementos que faz com que seus estreitos relacionamentos com o homem sejam indispensáveis à vida. Neiman (1989, p.7) compreende ecossistemas como:

o conjunto formado pelos elementos abióticos, como a água e os minerais, e os elementos bióticos – plantas, animais, bactérias e fungos – que num determinado meio fixam matéria e energia, mantendo entre si intrincadas relações.

Os ecossistemas são partes integrantes do meio em que o homem habita e a aniquilação gradativa de alguns pode representar a desorganização e extinção de todo o sistema e, conseqüentemente, da espécie humana. Logo, é insuficiente conservar as espécies vivas, é preciso mantê-las em equilíbrio, de modo a constituir um sistema perfeitamente integrado (BRANCO, 1997).

Aos estudos que se ocupam de analisar essa relação (interdependência) dos seres vivos com o meio em que vivem, denomina-se Ecologia (MORATTO, 2003). Para o autor, é justamente essa relação interdependente que integra o binômio homem-natureza, fazendo o primeiro pertencer ao outro. Metaforizando, ele alude a um homem que se transformará em um câncer na natureza, que se extinguirá concomitante a

extinção de seu hospedeiro. Ou seja, ao invés de ser um contumaz guardião, ele será a causa do fim daquele e de seu próprio fim.

Em uma acepção mais holística que não se restringe aos conceitos polarizados, mas que reflete a panaceia na tentativa de empregar uma ótica multidisciplinar, Afonso (1994, p. 6) exprime que o conceito de meio ambiente há de ser:

globalizante, abrangente de toda a natureza, o artificial e original, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arquitetônico. O meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas suas formas.

Um conceito que realça ainda mais a interdependência de elementos e fatores, representados pelos ecossistemas social e natural e que o coloca como um direito, um bem difuso e coletivo, necessário à qualidade de vida.

A relação homem natureza pode ser analisada por diferentes abordagens, mas aqui será tratada a partir da história ambiental, por ser essa a que melhor ilustra as complexas relações sociais e ambientais e por trabalhar ainda com conceitos inerentes às questões do turismo e patrimônio cultural. Dada sua magnitude, a história ambiental permite retratar desde a luta pela sobrevivência tratada por Silva (2009) como uma necessidade de desbravar, enfrentar a geografia do sertão, que no imaginário social, obstacularizava a dianteira do progresso, até a manutenção da tradição da cultura sertaneja, símbolo do atraso, do isolamento, mas que até certo momento da história não subjogou o espaço selvagem em detrimento da força da cultura ocidental cosmopolita (MURARI, 2002).

A história ambiental significa compreender a realidade ecológica sob uma ótica historiográfica, interpretar os fatos que integram sua evolução, alicerçado em campo científico multidisciplinar que considera de antemão seus remanescentes, almejando amplitude de respostas.

Pelos relatos pesquisados, apreende-se que o direcionamento desse método histórico de investigação foi estimulado em decorrência da efervescência do movimento ambientalista. Todavia, ele extravasa o debate político ideológico, característico daquele e chega aos holofotes da academia que conduzirá à construção de um entendimento sobre as diversas percepções culturais acerca do mundo natural (PÁDUA, 2010).

Enquanto o ecologismo é um fenômeno da contemporaneidade, que pode ser chamado reducionista, ao deter-se à linha de raciocínio de um discurso que pensa a presença humana apenas no âmbito da possibilidade de um colapso, sobretudo natural, a história ambiental dilata-se. Ao compreender os fatos em sua totalidade, ela prima por uma concepção menos dualista entre homem natureza. Assimila que o problema relacional desse binômio não deve ser concebido apenas pelas profundas transformações advindas no seio do capitalismo, mas deve ser encarado a partir de uma análise “macro-histórica”. A questão ambiental é recente, mas as relações ambientais são históricas (PÁDUA, 2010).

Ao superar em sua análise o antagonismo da conflituosa relação homem natureza, a história ambiental enxerga que as relações sociais e naturais passadas e presentes poderiam/podem sim ser construtivas e que mesmo ainda existindo as intempéries ambientais desde os tempos mais longínquos até a atualidade, a sua construção está à revelia da dinâmica social. Por isso, o papel do historiador não se reduz a investigar, mas a esclarecer os fatos dessa temática e através de suas respostas, contribuir para a superação do distanciamento entre homem/natureza, sociedade/natureza e cultura/natureza, em que a tomada da consciência ambiental, essencial à manutenção da vida, é seu principal pressuposto (BARRAQUI, 2011).

O trabalho de Cidade (2001) aglomera visões de mundo e de natureza em distintos recortes da história e em diferentes sociedades. Abarca as visões dos povos primitivos, as visões de mundo e natureza da Grécia Antiga e do Ocidente, o pensamento geográfico na Europa medieval, renascentista e iluminista, as mudanças do pensamento ocidental. Essas visões são traços de diferentes momentos da história, dentre eles: a crença na natureza mãe; a presença da mitologia no pensamento racional grego; a força da teologia; a emergência do capitalismo comercial aliado à validação do conhecimento através da ciência; a chegada da modernidade; a elaboração de teorias sociais, até a consolidação da intensiva concentração e acúmulo de capital dos dias de hoje.

As diferentes percepções de mundo e natureza descritas por Cidade (2001) enaltecem as responsabilidades da velha história quanto às consequências comportamentais no ambiente natural e refuta a ideia de responsabilidade única do capitalismo. Não obstante, a autora não nega que este sistema de produção tornou mais aguda a dicotomia homem natureza. Todas essas fases ilustram, à luz do contexto social e cultural, as vastas possibilidades de ação, domínio e controle da natureza. Essa

abrangente forma de enxergar e interpretar a natureza, pode ser considerada um dos traços mais marcantes da história ambiental.

A natureza é dinâmica e Pádua (2010) trata da ambiguidade conceitual de natureza, mencionando que de um lado ela é um eixo que sustenta o entendimento do universo e de outro representa o antagonismo demarcado pelo “fenômeno humano em relação à natureza”. Dada sua complexidade, o autor defende a ideia de que ela possui capacidade permanente de se construir e reconstruir, distanciando cada vez mais de uma “realidade pronta e acabada”. Entretanto, não será tratada aqui a universalidade do tema natureza.

A história ambiental foi paulatinamente influenciada pelo referencial teórico estadunidense e europeu e uma das mentes mais brilhantes desse conteúdo é o norte americano Donald Worster. Worster (2003) elaborou três dimensões para esboço da análise temporal passado presente dessa temática: a primeira trata de uma compreensão da natureza especificamente sob os moldes de sua organização e funcionamento em tempos remotos (transformação do mundo biofísico sem a presença humana), trazendo à tona a sua reconstituição; a segunda interpreta a reestruturação dos modos de produção e das relações sociais, através da ferramenta tecnológica, cuja utilização tem implicações diretas na transformação da natureza, capaz de gerar uma “segunda natureza”. E, por último, a análise cognitiva do comportamento humano no ambiente natural, considerando sua visão de mundo e significado de vida que respeita ou não as leis, a ética, os valores morais.

Para o autor dessas três dimensões, o segundo nível tem sido negligenciado ou relegado em perspectiva ecológica pelos estudiosos do assunto. A negligência que Worster se remete é a ausência de questionamento quanto ao funcionamento ideal dos ecossistemas (como já visto indispensável à existência), face às transformações ecológicas, originárias do sistema capitalista de produção, que já os colocou em estado de alerta. Como se vê, a preocupação dos historiadores ambientais se estende às reestruturações social e natural.

Haja vista que o turismo é um fenômeno social que impacta diretamente as dimensões econômicas, ambientais e sociais em determinado espaço geográfico, a discussão basear-se-á na noção do binômio homem natureza através da visão macro da história ambiental apresentada, por acoplar em sua análise os fatores biofísicos, a tecnologia como principal aliada do capitalismo e as diferentes visões de mundo. Além desses, o método histórico investigativo permite interpretar a relação do turismo e

patrimônio cultural, ambos os assuntos objetos desse estudo, ao perpassar em sua análise temporal o passado e presente (CATÃO; SANTOS, 2008).

Mas a análise não estará restrita a ela, pois serão adotados os conceitos de sustentabilidade à prática turística proposta, para fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico do patrimônio histórico nacional Pilar de Goiás.

### **1.3 Turismo e Meio Ambiente**

O turismo despontou no cenário mundial como uma das atividades mais promissoras e rentáveis ao final do século XX, capaz de gerar milhões de empregos diretos e indiretos; atrair divisas largamente consideráveis para um país e ser condutor da inclusão social. Mesmo tratando-se de um assunto relativamente novo, tem despertado interesse e olhar diferenciado em níveis regionais, nacionais e globais. Esse destaque se ampara pela capacidade que possui de transformar a realidade dos atores sociais nele envolvidos.

A palavra turismo possui raízes europeias, com influência francesa e segundo Moesch (2002), foi registrada oficialmente em 1800, no dicionário inglês Oxford, com o significado de “teoria e prática de viajar, deslocar-se por prazer. Uso e depredação”.

Cavaco (2003, p. 23) confere ao turismo como uma:

atividade transversal, global, de fronteiras fluidas, que interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios.

Uma definição múltipla que abarca uma conjuntura de fatores inerentes à atividade, sem uma hierarquização de relevância, sem se excluírem, mas que se entrelaçam.

O turismo não se revela como ciência e sua consolidação em campo teórico definido encontra entraves como bibliografia escassa e falta de rigor acadêmico. Siqueira pontua que “a produção do saber turístico tem se constituído, no Brasil e no mundo ocidental principalmente, a partir das necessidades e iniciativas do setor privado, tendo a Academia pouco se dedicado” (SIQUEIRA, 2005, p. 83). A afirmação de Siqueira justifica o caráter predominante econômico em algumas definições, mesmo se tratando de um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas.

Para Ribeiro e Barros (1997), é difícil imaginar momento mais oportuno para o crescimento do turismo, atividade já pré-concebida como “indústria sem chaminé”, com êxito aquelas com base na natureza, que simboliza um produto místico, exótico, subjetivo, inusitado. Para os mesmos autores, vivencia-se o “casamento entre ecologia e turismo”, no momento em que a natureza, após sua dessacralização, é novamente objeto de encanto, revestida de valores ontológicos (RIBEIRO & BARROS, 1997, p. 36).

Destarte, para que não seja planejada apenas pelo prisma da mercantilização em curto prazo e, posteriormente, traga resultados ou impactos indesejáveis ao meio ambiente, economia e sociedade local; a atividade turística deve se corroborar por intermédio do auxílio de autoridades governamentais, agentes organizadores e fiscalizadores atuantes, os quais deverão contribuir para a maximização dos resultados e, também, para fiscalizar e suavizar os impactos que poderão ser causados.

A estreita relação entre turismo e meio ambiente e a visão obsoleta que equipara recursos naturais aos recursos monetários, fez surgir um novo conceito que remete a um entendimento adaptado de turismo, permeado pelas propostas do novo modelo de desenvolvimento já aqui discutido. Nessa perspectiva, o turismo sustentável pode ser assim concebido: “formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades” (SWARBROOKE, 2000, p. 19).

A aposta na atividade turística, seja qual modalidade for, deve ser homologada pelo viés de benefícios que convirjam para além do mercado, transcendendo-os ao binômio turista e população autóctone. Os impactos do turismo, de ordem social, econômica ou ambiental, são diretamente proporcionais à elaboração e consecução de um planejamento da atividade. É imprescindível interseccionar as ações das instâncias pública e privada e os atores sociais.

Paralelo a essa prerrogativa, ao reconhecimento de que a manutenção dos recursos patrimoniais e ambientais é de imensurável importância ao desempenho da atividade turística e à disseminação do ambientalismo, a Organização Mundial do Turismo – OMT, o Conselho Mundial de Viagem e Turismo e o Conselho da Terra elaboraram o documento “A Agenda 21 para Indústria de Viagem e Turismo”. Um documento que dimensiona as ações do Programa 21 ao setor turístico e que vislumbra planejar com afincamento a sustentabilidade. Elenca 16 áreas de prioridade para o desenvolvimento do turismo sustentado, englobando as esferas pública e privada, sem negligenciar os atores sociais que se configuram nesse exercício.

No capítulo II, tratar-se-á das tipologias e definições do turismo rural, das políticas públicas de turismo em zonas rurais, da nova dimensão do conceito de patrimônio cultural, das políticas culturais de preservação engajadas com as estratégias de desenvolvimento local e seu elo com o turismo.

## **CAPITULO II**

### **TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL E PATRIMÔNIO CULTURAL**

O Brasil é o maior país tropical do mundo, por isso apresenta considerável potencial para o desenvolvimento do turismo rural, sendo detentor de atrativos turísticos ímpares. Uma das vantagens é a extensão territorial brasileira, em particular a estrutura fundiária, a variedade dos recursos naturais hídricos, como rios, cachoeiras, lagos, lagoas, áreas de caça e pesca, grutas, paisagens exuberantes, fauna, patrimônio arquitetônico suntuoso, além dos traços da herança histórica e cultural.

Qualquer modelo de desenvolvimento deve servir primeiramente para melhorar a condição de existência da espécie humana e dado seu caráter de efeito multiplicador, o turismo é capaz de transformar as comunidades e núcleos receptores que nele estão envolvidos em agentes de seu próprio desenvolvimento. A prática da atividade turística representa ampliação de uma alternativa econômica, mas que necessariamente deve ser limpa, enquadrada nos princípios de sustentabilidade, impedindo o paradoxo do desenvolvimento e da destruição.

Assim como o desenvolvimento sustentável, pondera-se que o desenvolvimento do turismo rural deve ser incluyente e que este seja uma das categorias de turismo que melhor resume as dimensões do desenvolvimento sustentável, pois articula em sua prática o desenvolvimento social, ambiental, cultural e econômico. Implica administrar corretamente os recursos naturais, de forma a atender as necessidades econômicas e sociais atuais, sendo necessário conservar a identidade cultural do local, preservar as riquezas naturais, sem comprometer o uso e desfrute das gerações futuras.

A presença da preocupação ambiental valoriza, agrega valor ao produto turístico e, pautado na ética de uma simbiose entre rural, cultural e sustentabilidade, o presente estudo se propõe a analisar o turismo como fator de contribuição ao desenvolvimento sustentável em pequenas propriedades rurais e aos cidadãos do município de Pilar de Goiás.

#### **2.1 Turismo no Brasil**

Turismo é um acontecimento social moderno, mas que se analisado fora das suas atuais terminologias e classificações já preconizadas, é possível remetê-lo à época do

Império Romano. No Brasil, o turismo em sua forma mais primitiva data da época de seu descobrimento, com as expedições marítimas e viagens exploratórias dos colonizadores portugueses e navegadores europeus. Para Ignarra (2003, p. 7) “o ciclo do ouro e a ocupação da parte ocidental do País deram origem às entradas e bandeiras, verdadeiro início do turismo de aventuras no Brasil”.

O advento da aviação permitiu o encurtamento das distâncias geográficas. A estipulação da jornada de trabalho, com a consequente fixação de um teto mínimo salarial, fez com que o tempo livre aumentasse e, igualmente verdadeiro, o poder de consumo, incluindo o ócio turístico nos itens de necessidade.

Um levantamento estatístico realizado há pouco pelo Ministério do Turismo – MTur (2010a), com base em informações extraídas da OMT, Banco Central do Brasil, Departamento da Polícia Federal, dentre outros, estima que em 2009, as receitas geradas em nível mundial pelo turismo chegaram à cifra de 852,4 bilhões de dólares. Desses, 5.305 milhões de dólares foi agraciado no Brasil, o que representa 0,62% da receita cambial gerada. As estimativas são de que 4,8 milhões de turistas tenham visitado o Brasil nesse ano.

O turismo receptivo internacional vem apresentando índices de crescimento significativos em países que a economia tem dado saltos de fortalecimento, como o Brasil, países do continente asiático e africano. O descongestionamento dos tradicionais centros turísticos mundiais - Europa e Estados Unidos - contribui para o alcance dos objetivos de “Desenvolvimento do Milênio”, guiado pela busca na redução das desigualdades sociais; estratégia de combate à pobreza e promoção de um desenvolvimento mais justo (MTur, 2010b).

Considerado hoje como um dos principais produtos dentro da cadeia de exportação e com sua sublime capacidade de mobilizar diversos setores da economia, o Brasil que já regozija de uma natural vocação para o turismo, fez valer desse oportuno cenário, com a criação do Ministério do Turismo em 2003, no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva.

Até sua criação, as ações de promoção, marketing, comercialização de produtos e serviços turísticos dentro e fora do país eram de responsabilidade da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, criada na década de 60. Atualmente, com o nome de Instituto Brasileiro de Turismo, a EMBRATUR é uma autarquia do MTur, sendo ainda responsável pelas mesmas atribuições, mas com direcionamento para o mercado internacional.

A missão do MTur é desenvolver a atividade turística com foco na sustentabilidade, exercendo função econômica através da geração de emprego e divisas, e social, por meio da inclusão (MTur, 2003). Enquanto órgão público representativo do setor, o objetivo principal desse ministério é o planejamento do turismo, por meio da condução das políticas públicas nos níveis federal, estadual e local, delineadas no Plano Nacional de Turismo – PNT.

A primeira tentativa (malsucedida) na elaboração de um documento norteador de ações para o desenvolvimento do turismo ocorreu no Governo Collor, coordenado pela EMBRATUR. É provável que o Plano Nacional de Turismo não tenha logrado êxito devido ao período de instabilidade vivenciado naquele momento. Já no governo de Fernando Henrique Cardoso foi implantada, em 1996, a Política Nacional de Turismo, cujas ações macro estratégicas eram: qualificação da mão de obra; fortalecimento dos órgãos públicos competentes; terceirização de algumas atividades e a difusão do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (NOIA; JÚNIOR; KUSHANO, 2007).

Após a criação do MTur, dois PNT's já foram formulados. O primeiro, correspondente ao quadriênio 2003/2007, tinha o primordial objetivo de desmistificar a imagem carnavalesca e futebolística do Brasil no exterior e implementar uma gestão descentralizada e participativa, articulada pela formalização de parcerias entre os setores público e privado. O PNT 2007/2010 reafirma essas intenções, mas prioriza o fortalecimento do mercado interno, buscando colocar o turismo “na cesta de consumo da família brasileira” (MTur, 2007, p.15).

À jusante de seu nome, o PNT 2007/2010, “Uma viagem de inclusão”, vislumbra torná-lo um direito de cidadania, um direito de seu povo conhecer as riquezas naturais e culturais desse extenso território, ainda desconhecidas pela imensa maioria de seus patriotas. Ou seja, trata de desvencilhar o rótulo do turismo elitizado, sinônimo de distinção e poder, amiúde propagado.

Os apontamentos quanto aos objetivos gerais e específicos do PNT são feitos através de seus macroprogramas e programas. Os macroprogramas são constituídos pelas deliberações quanto à atuação ministerial e de seus parceiros, enquanto que os programas são os desdobramentos das ações que viabilizarão as metas propostas no plano global (MTur, 2007).

O organograma do PNT 2007/2010 é assim representado:



Figura 1: Macroprogramas – Organograma  
Fonte: (MTur, 2007, p. 58)

Dentre os oito macroprogramas, é atinente ao presente objeto, o detalhamento do Macroprograma de Regionalização do Turismo, feito no item 2.3 deste capítulo.

Lichorisk e Jenkins (2000, p.14) avaliam que “nos países em desenvolvimento os governos precisam ter um papel muito mais ativo e intervencionista”. Isso significa que o incentivo não se limita à criação de órgãos, subsídios financeiros, elaboração de planos e diretrizes, mas ao aporte de infraestrutura mínima (transporte; iluminação; rede de esgoto; segurança), necessária ao desenvolvimento da atividade turística. O que para muitos países nesse estágio é solapar a existente aptidão turística.

No contexto brasileiro, os esforços terão que ser redobrados face aos compromissos assumidos com os maiores eventos esportivos que aqui se realizarão em 2014 e 2016.

## 2.2 O Turismo Rural

O espaço rural passou por profundas transformações provocadas pelo processo de industrialização brasileira, em especial após o final da II Guerra Mundial. Essas transformações foram justificadas em prol do discurso da globalização, da era da modernidade e do avanço econômico e tecnológico. Para Carporal e Costabeber (2002), o discurso desenvolvimentista da época buscava adesão ao processo de crescimento econômico e atribuía ao modelo de desenvolvimento agrícola tradicional uma barreira a esse processo de crescimento.

Na ânsia de transformar o camponês em agricultor, percebe-se a partir da década de 70, a disseminação de novas tecnologias no campo, a busca frenética pela modernização do setor agrícola. A chamada Revolução Verde, caracterizada pelo incremento de novas tecnologias, produção em larga escala de insumos, emprego de alterações biogenéticas, proporcionou aos grandes produtores crescimento extraordinário das atividades agrícolas e garantiu ao Brasil destaque internacional no setor agropecuário (COSTA NETO, 2006).

Entretanto, a adoção de estratégias desenvolvimentistas no meio rural fez com que esse novo modelo de desenvolvimento dominante na agricultura acarretasse consequências drásticas nas esferas econômica, social e ambiental do setor agrário. Contribuiu para o aumento das desigualdades sociais por meio da concentração de renda e riquezas permitida apenas aos grandes agricultores, gerando exclusão social e consequente migração de camponeses para as cidades. Além de trazer impactos irreversíveis ao meio ambiente, tais como: uso indevido do solo; contaminação dos rios; perda da biodiversidade; dentre outros.

Diante dessa realidade, a comunidade camponesa se viu obrigada a reorganizar seu sistema de produção familiar, buscando formas de resolver as crises econômicas na qual o setor se encontrava. Esta nova realidade fez com o que o meio rural passasse a ter múltiplas funcionalidades, agregando novos papéis ao campo, ou seja, outras ocupações que não apenas agrícolas passaram a fazer parte da sua rotina diária. Alguns autores denominam essa mescla de atividades no espaço agrário de “novo rural”.

Não se trata de um processo de descaracterização dos núcleos rurais, mas sim, de uma reestruturação de novas formas de organização social e econômica. Na busca por atividades extras, ressalta-se o turismo, inserido na modalidade rural, que se constitui em uma alavanca de desenvolvimento para estes espaços fortemente marcados pela

expansão capitalista no meio rural, e ainda, em uma atividade menos agressiva às mais variadas formas de vida existentes no planeta.

O produto turístico rural compreende as realidades naturais, sociais e culturais de uma localidade, sendo que a originalidade e a simplicidade da vida campestre, a paisagem, os hábitos e costumes locais se constituem em verdadeiros atrativos. Diferentemente do turismo convencional que tende a homogeneizar produtos e serviços, o turismo rural no Brasil ressalta autenticidade local, a preservação de raízes, prioriza o ambiente acolhedor e o atendimento familiar e personalizado.

Existem várias confusões terminológicas no Brasil e demais países quanto às definições de turismo rural, o que dificulta a obtenção de maior rigor técnico e definição teórica precisa. Em países europeus predomina a utilização da nomenclatura Turismo em Espaço Rural (TER), que configura três modalidades abrangentes e, cada uma delas, possui suas subcategorias específicas: Turismo de Habitação; Turismo Rural e Agroturismo.

O aspecto comum a todas elas refere-se à busca pela integração econômica e social, sendo que o Turismo de Habitação objetiva ainda a recuperação do patrimônio histórico-cultural (JOAQUIM, 2003). Há também, algumas figuras do TER que se referem apenas quanto à oferta de hospedagem no meio rural, tais como: Turismo de Aldeia e as Casas de Campo (JOAQUIM, 2003).

Em território nacional congrega as mais variadas tipologias: turismo rural; ecoturismo; agroturismo; turismo de aventura; turismo ecorrural. Uma das razões que justifica a imprecisão conceitual acerca do assunto é o parâmetro europeu de classificação utilizado, frente a realidades tão complexas e distintas que se equiparam apenas pelo contexto rural (RODRIGUES, 2003).

Eis aqui algumas definições mais utilizadas no país:

- a) Turismo Rural: é o “conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MTur, 2004, p.12).
- b) Agroturismo: “são as atividades internas à propriedade que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro etc.) a partir do

‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa” (GRAZIANO DA SILVA, et. al, 1998, p. 11).

- c) Ecoturismo: “turismo com base no ambiente, que também se pretende responsável e preocupado em evitar custos ambientais e sociais” (CAVACO, 1999, p. 107).
- d) Turismo de Aventura: “segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural" (EMBRATUR, 2002).
- e) Turismo Ecorrural: “turismo alternativo ao turismo de massa e que atende aos desejos dos grupos que se deslocam para as áreas naturais ou dos espaços ditos rurais, cujas características fujam aos padrões urbanos” (NATAL, 2005, p. 7).

A dificuldade em precisar o que seja turismo em espaço rural, turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, agroturismo ou turismo ecorrural decorre do fato que a definição de um ou outro entrelaça com as várias atividades turísticas desenvolvidas no espaço agrário, agravada pela confusão existente entre os limites traçados do que sejam os espaços urbano e rural.

Joaquim (2003) considera que essas novas marcas ou denominações foram todas imprimidas pela modalidade de turismo rural. Zimmerman (2006) afirma que, independente da nomenclatura utilizada, as propostas desses modelos de turismo são sustentadas pelos seguintes princípios: “identidade própria; autenticidade; harmonia ambiental; preservação das raízes; divulgação dos costumes e atendimento familiar”. E impulsionada pelas oportunidades de: “diversificação dos pólos turísticos; oportunidade de novas fontes de renda; diminuição do êxodo rural; intercâmbio cultural e conscientização ecológica” (ZIMERMAN, 2006, p. 27-29).

Contudo, o MTur (2010b, p. 33) informa que “os novos destinos serão beneficiados somente se o Turismo for baseado numa gestão responsável” e esteja circunscrito em uma perspectiva de “iniciativa local; gestão local; impacto local; marcado pelas paisagens locais e valorizador da cultura local (2008, p. 35), reafirmando o que já fora exposto, da necessidade de articular as ações, envolvendo poder público, privado e comunidade anfitriã.

Para que não ocorra uma análise hipotética quanto à polissemia conceitual tratada, a presente obra guiar-se-á pela definição de turismo rural por ser essa a que melhor se configura aos objetivos do trabalho e ao espaço territorial que será analisado.

### **2.3 Turismo Rural em Goiás e as Políticas Públicas de Turismo em Zonas Rurais**

As atividades turísticas rurais iniciaram na Europa e Estados Unidos a partir de 1950, alastrando mais tarde para os demais continentes. No Brasil, especificamente, as primeiras iniciativas aconteceram em 1986, em uma fazenda no município de Lages, em Santa Catarina, que devido às dificuldades enfrentadas no setor agropecuário daquela época, abriu sua propriedade ao público para visitação, em uma atividade que denominaram dia de campo (ZIMMERMAN, 2006).

O município de Lages foi batizado como Capital Nacional do Turismo Rural e lá foi criada a Associação Brasileira de Turismo Rural – ABRATUR, que é uma associação representativa do segmento em âmbito nacional e uma das entidades membros do Conselho Nacional de Turismo do Ministério do Turismo.

De acordo com informações recolhidas no Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (IDESTUR, *online*), o movimento pioneiro do turismo rural partiu de Lages para São Paulo, na região de Mococa, que constituiu em uma rota turística formada por 15 antigas fazendas da região, ofertando cavalgadas, hospedagem e gastronomia. Posteriormente as atividades tiveram êxito em Minas Gerais e migrou também para estados consolidados pelo turismo de sol e praia como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e demais regiões brasileiras.

O turismo rural em Goiás é recente, mas de acordo com pesquisa feita por Schleifer (2006) a atividade neste estado vem crescendo de maneira significativa e essa demanda se justifica pela busca por descanso e tranquilidade em locais distintos dos pólos turísticos tradicionais. O ex-vice-presidente da Associação Goiana de Turismo Rural (AGOTUR), Gabriel Bretas complementa que a taxa de crescimento é 20% acima da média e que em regiões como a Sudeste a atividade se encontra em estágio saturado, enquanto que Goiás está em pleno desenvolvimento e consolidação.

O cenário turístico rural em Goiás oferece os seguintes atrativos: hotel-fazenda; pesque-pagues; cachoeiras; grutas; restaurantes com comida típica local; festas populares tradicionais; legado histórico e cultural; museus; práticas esportivas realizadas no interior de propriedades rurais; áreas de *camping*.

Para Silva (2004), os aspectos históricos de descoberta e ocupação do estado goiano, antiga capitania de Goyaz, caracterizados pela formação de uma identidade histórica e cultural própria, fortemente marcada pelos costumes e estilo de vida campestre de seu povo, já se perfaz como propulsores ao desencadeamento da atividade turística rural. Além da tradição agrícola do estado e sua configuração em um espaço físico-natural privilegiado, simbolizado pelo cerrado.

Um avanço no setor turístico do Estado de Goiás é a parceria recente realizada entre a Agência Estadual de Turismo – Goiás Turismo (órgão representativo das políticas públicas turísticas do Estado) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), que disponibilizou a quantia de R\$ 450.000,00 para financiamento de estudos e pesquisas em turismo no período de 2009 a 2010. Essa parceria reflete a busca pela profissionalização e a gestão estratégica do turismo no estado (IPTur, 2010).

A criação da Embratur na década de 60 sinaliza a primeira ação de cunho governamental no âmbito de planejamento da atividade turística no país. Conforme já descrito, a elaboração dos PNT's iniciou na década de 90, sendo que o Programa Nacional de Municipalização - PNMT, criado no governo FHC, pode ser considerado divisor de águas na consecução de políticas públicas de turismo. A partir de sua experiência, a elaboração e implementação dessas políticas tomaram novos cenários.

O PNMT, criado pelo então Ministério de Esporte e Turismo e executado pela Embratur, foi precursor na formulação de políticas públicas brasileiras, que imbuíam estratégias de envergadura econômica, cultural e ambiental, com enfoque participativo dos municípios e gestão descentralizada. Vigente entre os anos de 1994 a 2001, o objetivo do PNMT era:

dotar os municípios brasileiros de condições técnicas e organizacionais para que tivessem a capacidade de criar os seus Conselhos Municipais de Turismo, incluindo suas comunidades de forma participativa na formulação e gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (BRUSADIM, 2005, p. 98).

O programa não superou as expectativas que lhes foram depositadas. Borges (2008) ilustra as razões pelas quais o PNMT não perdurou como modelo de gestão do turismo no Brasil: comunicação inadequada entre as instâncias públicas responsáveis e a ausência de participação da comunidade no processo de planejamento da atividade; fragilidade nos critérios que determinavam as localidades como detentoras de vocação turística; o cadastramento dos municípios no programa era feito voluntariamente,

ficando a mercê de interesses políticos e por fim, a insuficiência dos recursos para viabilizar o programa, levando-o ao descrédito. Todavia, logrou êxito quanto ao envolvimento dos municípios cadastrados.

No momento de transição do governo federal, o PNMT foi remodelado, ganhou novo contorno e nomenclatura, passando então ao Programa de Regionalização do Turismo – PRT, podendo ser considerado um avanço nas ações do programa veterano. O PRT atende a uma das diretrizes da OMT no que tange ao planejamento estratégico regional e, desse modo, inclui ações que eram praticadas isoladamente pelo PNMT, por meio da integração dos municípios para o desenvolvimento da atividade turística, de forma organizada, articulada num cenário regional.

Coordenado pelo MTur, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) Roteiros do Brasil - foi lançado em 2004. Dois anos mais tarde foram apresentados os resultados do programa no I Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, em Brasília: 396 roteiros turísticos potenciais que permeiam 149 regiões turísticas e 1207 municípios, espalhados pela federação. Hoje o PRT é a grande referência do PNT 2007-2010, incorporado na versão de Macroprograma Regionalização do Turismo, que priorizou 87 dos 396 roteiros turísticos apresentados no referido evento, para o direcionamento de suas ações (MTur, 2007).

Sua proposta é embasada no planejamento e gestão de produtos regionais que se esmeram no multiculturalismo brasileiro e na primazia de riquezas naturais, proporcionando-lhes a indução ao desenvolvimento turístico e de sua região. No estado de Goiás, são considerados os seguintes destinos indutores de desenvolvimento turístico regional: Alto Paraíso; Goiânia; Caldas Novas e Pirenópolis.

Esses quatro municípios simbolizam as diferentes vocações do Estado, perpassando pelas categorias de negócios, lazer, cultural e ecoturismo. Comparado aos outros estados da federação, Goiás está aquém no quantitativo de municípios indutores, apenas do Rio de Janeiro e Bahia, estados já consolidados na vocação turística.

Apoiado financeiramente pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur – o Macroprograma Regionalização do Turismo para cumprir seus objetivos, é desdobrado em quatro programas: Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização do Turismo; Programa de Estruturação de Segmentos Turísticos; Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo.

Somando as ações conjuntas de cada programa, chega-se aos objetivos globais do macroprograma que são:

- promover o desenvolvimento e a desconcentração da atividade turística;
- apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões turísticas;
- aumentar e diversificar produtos turísticos de qualidade, contemplando a pluralidade cultural e a diferença regional do país;
- possibilitar a inserção de novos destinos e roteiros turísticos para comercialização;
- fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos;
- potencializar os benefícios da atividade para as comunidades locais;
- integrar e dinamizar os arranjos produtivos do turismo;
- aumentar o tempo de permanência do turista nos destinos e roteiros turísticos;
- dinamizar as economias regionais (MTur, 2007, p. 68).

Para Borges (2008), os verdadeiros desafios do Macroprograma Regionalização do Turismo são potencializar a atividade turística e, concomitante, conservar o patrimônio natural e cultural, além de fazer com que suas divisas sirvam para a construção de uma “ordem social mais justa”. É oportuno sublinhar que as gestões do PNMT e do PRT são homólogas à exequibilidade do turismo sustentável, momento em que ambos os programas tomaram para si a responsabilidade no planejamento de ações econômicas, sociais, culturais e ambientais, inserido no arcabouço turístico.

Em nível estadual, há o Plano Estadual do Turismo – Goiás no Caminho da Inclusão (2008-2011), cujas diretrizes baseiam-se no plano macro federal, adaptadas ao cenário do estado. De acordo com o documento, o turismo rural aparece em quinto lugar nas prioridades de desenvolvimento das categorias de turismo no estado.

Com base nas políticas públicas do PNT, o mencionado plano traçou os seguintes programas estaduais em seu escopo: Programa Estadual de Planejamento e Gestão; Programa Estadual de Informação e Estudos Turísticos; Programa Estadual de Infraestrutura Pública; Programa Estadual de Qualificação do Produto; Programa Estadual de Promoção e o Programa de Apoio a Comercialização.

Para execução das ações planejadas em seus programas, o Plano Estadual do Turismo (PET) classificou os municípios dotados de vocação turística para identificar os estágios de desenvolvimento e a partir daí subsidiar técnica e financeiramente a atividade (GOIÁS TURISMO, 2008). Foram utilizados os seguintes critérios de classificação: existência do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de

Turismo; realização do Inventário da Oferta Turística; elaboração do Plano Municipal de Turismo; número de leitos disponíveis; Centro de Atendimento ao Turista em Operação; número de cadastro de prestadores de serviços turísticos; número de meios de hospedagens que enviam Boletins de Ocupação Hoteleira (GOIÁS TURISMO, 2008).

Atendendo aos critérios estabelecidos, o PET mapeou 46 municípios e 9 regiões turísticas. Para direcionar o apoio, os municípios foram classificados em Município Diamante (13), Município Esmeralda (14) e Município Cristal (19). A categoria Diamante seria contemplada com “ações de promoção, divulgação e apoio nos eventos”; a categoria Esmeralda com “ações de qualificação do destino” e por fim, o Município Cristal teria apoio na “sensibilização, mobilização da comunidade” (GOIÁS TURISMO, 2008, p. 7). Diante das exigências da classificação, denota-se que poucos municípios goianos estão engajados na empreitada turística.

As regiões foram classificadas em: Região Agroecológica; Região do Vale do Araguaia; Região Vale da Serra da Mesa; Região Reserva da Biosfera Goyaz; Região dos Engenhos; Região das Águas; Região das Nascentes; Região dos Negócios e Região do Ouro. Essa última composta pelos municípios de Pirenópolis, Cidade de Goiás; Jaraguá; Cocalzinho e Corumbá de Goiás.

A Goiás Turismo, por meio do Instituto de Pesquisas Turísticas, tem buscado construir um conjunto de dados acerca da oferta e demanda turística do estado e elaborou recentemente a 3ª Edição do Boletim de Dados do Turismo de Goiás, publicada em 2011. Segue abaixo quadro com panorama geral do turismo em Goiás:

- ▶ existem 1467 equipamentos e prestadores dos serviços turísticos com cadastros regulares no MTur, englobando aí desde parques temáticos, acampamentos turísticos, locadoras de veículos, guias de turismo, restaurantes, meios de hospedagem, agências de turismo e outros serviços;
- ▶ Goiânia está em 15º lugar na pesquisa de Estudo da Demanda do Turismo Internacional no Brasil, realizada em 2010, a frente de capitais como Recife, Fortaleza e Vitória;
- ▶ 33.608 empregos foram gerados em Goiás pelas Atividades Características do Turismo (ACT's)<sup>1</sup> em 2010. A participação dos empregos formais nas ACT's aumentou 381%, enquanto a média geral do estado foi 143%;
- ▶ Seguindo as estatísticas nacionais as atividades que mais contribuíram para a contratação de empregos formais foram as de alimentação e transporte;
- ▶ A tributação estadual arrecadada nas ACT's entre os meses de Janeiro a Outubro de 2011 chegou a R\$ 62,5 milhões, apresentando 97% do valor arrecadado em 2010, antes mesmo de o ano terminar.

<sup>1</sup> ACTs – definição utilizada pela OMT que auxilia na homogeneização dos critérios estatísticos quanto aos bens e serviços produzidos pelo turismo

Goiânia, Rio Quente, Anápolis, Caldas Novas e Formosa são os maiores arrecadadores respectivamente;

- ▶ 2,3 milhões de passageiros desembarcaram e embarcaram no Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, apresentando um salto de 21,57% em relação ao ano anterior.
- ▶ De uma maneira geral, a pesquisa considerou que as políticas públicas sustentáveis no estado ainda são deficitárias.

Tabela 1: Boletim Dados do Turismo de Goiás  
 Fonte: IPTur (2011)

As informações revelam um cenário promissor da atividade turística no estado, sendo vitais para o ciclo avaliativo da atividade, permitindo aos gestores das políticas públicas e aos investidores corrigir falhas, preencher lacunas ainda existentes e propor ações de melhoria contínua.

Conclui-se que na ausência de políticas públicas nacionais e estaduais focadas nas mais variadas modalidades de turismo em zonas rurais, o Macroprograma Regionalização do Turismo é o que melhor defende as ações de planejamento e gestão deste setor em nível federal, especialmente justificado pelas particularidades culturais e naturais vislumbradas em seu escopo. Sobre o assunto Graziano et al (1998) enfatiza a necessidade de elaboração de políticas voltadas ao planejamento e desenvolvimento dessa categoria de turismo, sobretudo que superem a impropriedade conceitual já apresentada.

Para a construção do próximo tópico, será introduzida a nova dimensão de patrimônio cultural. Não se pretende aqui apresentar uma leitura aprofundada do assunto, mas acentuar que o turismo rural não deve se ausentar de uma discussão aglutinada ao campo cultural, como já mencionado anteriormente.

#### **2.4 O Patrimônio Cultural e as Políticas Preservacionistas Patrimoniais**

A palavra patrimônio advém do latim *patrimonium* e significa no dicionário brasileiro “herança paterna”. Em sentido coeso aos princípios de cidadania, Barbosa (2001, p. 69) “emprega o termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, portanto, pertencentes a todos os cidadãos”. Pelegrini (2006) suscita uma concepção de patrimônio aliada à subjetividade, afirmando constituição de um “elo afetivo”, estabelecido pelo estreito vínculo existente entre patrimônio, “memória” e “lembrança”.

A ideia de patrimônio está associada à capacidade de transcender para as futuras gerações os remanescentes históricos, artísticos, arqueológicos, etnológicos, biológicos, materiais e imateriais, buscando através desses, retratar períodos e classes sociais (sem distinção) que marcaram uma época.

Até poucas décadas atrás, o patrimônio cultural era reconhecido apenas pelos monumentos, grandes obras de arte e distintas propriedades de luxo, simbolizando períodos de relevância histórica e política. Isso foi reiterado pela própria definição de patrimônio adotada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, que restringia patrimônio cultural ao patrimônio arquitetônico (BARRETO, 2000).

De acordo com critérios estabelecidos na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, realizada em 1972, em Paris, são considerados patrimônios mundiais aqueles que são de “valor universal excepcional”. Figuram na Lista do Patrimônio Mundial os seguintes bens:

Art. 1º - Para os fins da presente Convenção, são considerados ‘patrimônio cultural’:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Art. 2º - Para os fins da presente Convenção, são considerados ‘patrimônio natural’:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais, ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- os lugares notáveis naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1972).

A temática do patrimônio natural está articulada ao patrimônio cultural, devido às “paisagens culturais” produzidas pelos mais variados estilos de vida humanos (PELEGRINI, 2006). Nessa linha argumentativa, mais uma vez é possível identificar nesse estudo a indissociável relação homem e natureza, sendo essencial o equilíbrio entre ambos.

O conceito de patrimônio cultural, antes circundado pelas artes e arquitetura, alargou-se. Hoje, o patrimônio, além do citado, estende-se ao intocado, ao “fazer humano”, não caracterizado apenas pelas manifestações culturais das classes dominantes, mas também aos utensílios, hábitos e costumes, gastronomia, língua, cotidiano dessas e das minorias relegadas (BARRETO, 2000). Ocorrerá uma substituição do termo “obra de arte”, identificado apenas na cultura erudita para “bem cultural” patrimonial, extensivo também à cultura popular (CUNHA, 2010).

Essa ampliação conceitual ganha notoriedade brasileira no 3º capítulo, Seção II da Constituição Federal de 1988:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade na qual se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O caráter da excepcionalidade converge para diversidade, revestido não apenas pelo sensível ao toque, mas também, àquilo que vem carregado de emoção e simbolismo, possibilitando-lhes um sentido histórico. Essa reformulação conceitual é capaz de avivar nos cidadãos a importância de se tornarem cômicos e guardiães de seu legado. Tal afirmação justifica a magnitude das práticas preservacionistas nessa esfera, afinal, elas estão intrinsecamente ligadas ao processo de construção cultural de um estado ou nação e, de certo modo, responsáveis por sua transcrição ao longo dos tempos.

As discussões sobre as políticas e os mecanismos de preservação dos bens patrimoniais remontam aos séculos anteriores. Mas, somente a partir do século XX, que o debate ganha repercussão e destaque internacional.

As primeiras ações de preservação foram empreendidas por membros do alto clero da Igreja que visavam proteção das edificações cristãs, do século XV. Até três séculos mais tarde os atos de preservação continuavam a ser deliberados de forma autocrática, sendo que a Igreja e aristocracia, classe dominante de então, defendiam apenas a preservação de seus próprios bens (BARBOSA, 2001).

No Brasil, as iniciais tentativas de proteção aos edifícios históricos data do século XVIII, liderada pelo vice-rei do Brasil de 1735 a 1749, Dom André de Melo, mas sem notoriedade para o príncipe regente Dom Pedro II. Duzentos anos mais tarde, as tentativas de proteção migraram do poder federal para o poder estadual, no estado de Minas Gerais, com o objetivo de impedir que o patrimônio histórico e artístico das cidades do nobre estado mineiro sucumbisse aos efeitos do “comércio das antiguidades”. Os princípios mineiros de preservação serviram de modelo para a construção da atual legislação nacional, já aqui apontada (BARBOSA, 2001).

A Carta de Atenas é concebida como “o primeiro documento de caráter internacional que dispõe sobre a proteção dos bens de interesse histórico e artístico” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006). Resultado do I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, realizado em Atenas, em 1931, o documento é considerado vindouro no processo de recomendações quanto às técnicas de preservação e restauração de bens culturais. Eis que o mesmo corrobora o conceito fragmentado de patrimônio, restringindo a preocupação e os instrumentos legais preservacionistas apenas aos monumentos e as edificações das diferentes nações que possuem relevância histórica. Na ocasião, o Estado fora eleito como responsável por garantir proteção dos bens históricos (CARTA DE ATENAS, 1933).

É possível absorver dos relatos pesquisados que a Convenção de Paris, realizada em 1972, é marco referencial na trajetória rumo ao reconhecimento da necessidade de conservar os recursos naturais e preservar os bens culturais, sugerindo a cooperação internacional para tal missão. Nela foram definidos os sítios culturais e naturais que podem se inscrever na lista do Patrimônio Mundial e definidas as obrigações dos estados partes, que são: a identificação e inscrição de bens locais, para aquisição do título de Patrimônio Mundial e a salvaguarda do patrimônio mundial existente em seu território e aqueles que ainda não foram instituídos bens universais, mas que possuem valor histórico e cultural significativos em sua nação, ou seja, aqueles considerados patrimônio nacional.

Em 1976 foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, cuja atribuição principal (não única) é a decisão quanto à inscrição, indeferimento ou rejeição dos bens submetidos à Lista do Patrimônio Mundial. Nota-se que essa plausível organização é responsável pela articulação e regulação de medidas que incidem sobre a “a conservação do patrimônio dentro de uma dimensão internacional” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

Retomando o contexto de elaboração de cartas patrimoniais internacionais destinadas às recomendações de conservação e restauro de conjuntos arquitetônicos, existe a Carta de Veneza, a Carta de Burra, a Declaração do México, a Carta de Washington, a Carta de Nara, dentre outras. Todas elas escritas ao longo do século XX, figurando caráter de complementaridade em seu conteúdo.

Desses documentos, a Declaração do México teve importância fulcral no reconhecimento das obras imateriais, como bens patrimoniais. "A preservação e o apreço do patrimônio cultural, permitem aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural" (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, p. 4).

Nesse horizonte, PELEGRINI (2006) acredita que tais cartas pareceram oportunas para adoção de políticas integradoras e defensáveis ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, além de ser um baluarte para o turismo, atividade capaz de valorizar a identidade dos povos, garantir sua manutenção e aglutinar práticas sociais responsáveis.

Exposto isso, é necessário lembrar que o tombamento é ato mais coerente (não único) para salvaguardar um bem material considerado patrimônio da humanidade.

O tombamento consiste num registro do bem num livro de tomo, em cujas páginas ficam registrados os bens considerados valiosos e sujeitos às leis o que implica não poderem ser demolidos nem modificados em seu aspecto externo ou em suas características essenciais, implicando também que, num raio de 300 metros, nada pode ser modificado (BARRETO, 2000, p. 14).

No Brasil, o primeiro organismo responsável pela formulação e execução de políticas preservacionistas nacionais, foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural – SPHAN, criado na Era Vargas, por influência do movimento modernista, em 13 de Janeiro de 1937 pela Lei nº 378. Tal organismo pautou suas ações de proteção pelo decreto lei de nº 25, sancionado em 30 de Novembro do decorrente ano.

Os Livros de Tombo, referendados no 2º Capítulo, artigo 4º do referido decreto, cingiam os atos de tombamento e restauro apenas aos bens móveis e imóveis - fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, - que então eram considerados patrimoniais. São eles: Livro do Tombo Arqueológico; Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro dos Tombos das Artes Aplicadas. Esse período curvou-se a um órgão varguista

e na opinião de Cunha (2010, p. 157) “considerado elitista e distante dos anseios da população brasileira”.

Hoje, com outra nomenclatura, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural – IPHAN - é uma autarquia do Ministério da Cultura – Minc, e obedece ao artigo 216 da Constituição Federal para aplicar os instrumentos de preservação, agrupados em: tombamento; regulamentações; registros e inventários. Através desse agrupamento incorpora mecanismos legais de proteção extensivos aos bens materiais e imateriais.

## **2.5 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural - IPHAN**

A missão institucional do IPHAN é realizar, através da promoção e coordenação, o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, engajada na busca pelo fortalecimento das identidades e garantia do direito à memória, de forma a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país (IPHAN, 2010a).

O IPHAN, desde sua fundação até a década de 70, foi uma instância federal hegemônica na execução de atos preservacionistas nacionais, sendo que mesmo após a disseminação de outras instâncias em níveis estaduais e municipais, esse órgão perdurou como referência de proteção de patrimônio, sendo hoje, através do Programa Monumenta, um “grande empreendedor de restaurações” (CUNHA, 2010, p. 18).

Este órgão chega aos anos 90 com um ressignificado de patrimônio cultural, no entanto, emanando dificuldade em aplicar os instrumentos adequados de preservação às novas categorias de natureza patrimonial, sendo igualmente verdadeiro que a ampliação conceitual de patrimônio cultural não se traduziu em práticas preservacionistas renovadas até a referida data (CUNHA, 2010).

Tal assertiva pôde ser adulterada quando da instituição do decreto nº 3551, de 04 de Agosto de 2000, momento em que fora criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Este programa reconduziu as práticas dos fiscais do IPHAN, permitindo através dos serviços de registro e inventário a proteção dos bens patrimoniais culturais de natureza imaterial. O decreto apontado conferiu o registro desses bens por meio dos seguintes livros:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer, no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão descritas as obras literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (IPHAN, 2000).

Fazem parte do Patrimônio Imaterial Nacional o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES); a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Waiãpi (AP); o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (BA); Círio de Nossa Senhora de Nazaré (BE); o Modo de Fazer Viola-de-Cocho (MT e MS); Ofício das Baianas de Acarajé (BA); Jongo no Sudeste; Cachoeira de Iauaretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (AM); a Feira de Caruaru (PE); Frevo (PE); Tambor de Crioula do Maranhão (MA); Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto; Samba de Terreiro e Samba-Enredo (RJ); Modo artesanal de fazer Queijo Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e Salitre (MG); Roda de Capoeira (BA); Ofício dos mestres de Capoeira; Modo de fazer Renda Irlandesa (SE); O toque dos sinos em Minas Gerais (MG); Ofício de Sineiro (MG); Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (Goiás); Ritual de Yaokwa do Povo Indígena EnaweneNawe (MT); Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (AM) e a Festa de Santa’Ana de Caicó (RN) (IPHAN, *online*).

### 2.5.1 As Políticas Culturais do IPHAN

No ínterim da década de 70 e 80, o IPHAN desenvolveu o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, cujo objetivo “buscava integrar a riqueza patrimonial às políticas de desenvolvimento econômico e regional, com ênfase no turismo” (DUARTE JUNIOR, 2010. p. 6) O programa foi interrompido face à crise que se instalara na década de 80, retomado ao final da década de 90, com a implantação do Programa Monumenta.

O Monumenta é um programa do Minc e gozou de estrutura administrativa anexada ao IPHAN, atuando em cidades históricas protegidas por esse instituto. Suas iniciais tratativas se deram em 1995, com o desenvolvimento de atividades de restauração, qualificação profissional de restauradores, promoção de atividades econômicas que geram inclusão social, estímulo ao turismo e programas educativos (PROGRAMA MONUMENTA, 1995).

Para o cumprimento de suas funções o programa contou com o apoio técnico da UNESCO e subsídio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e assim, estabeleceu convênios com o Minc, os governos estaduais e municipais em questão. Um total de 26 cidades foi contemplado com os benefícios do programa. São elas: Alcântara (MA); Belém (PA); Cachoeira (BA); Congonhas (MG); Corumbá (MS); Diamantina (MG); Cidade de Goiás (GO); Icó (CE); Laranjeiras (SE); Lençóis (BA); Manaus (AM); Mariana (MG); Natividade (TO); Oeiras (PI); Olinda (PE); Ouro Preto (MG); Pelotas (RS); Penedo (AL); Porto Alegre (RS); Recife (PE); Rio de Janeiro (RJ); Salvador (BA); São Cristóvão (SE); São Francisco do Sul (SC); São Paulo (SP) e Serro (MG).

Engajado a garantir a sustentabilidade socioeconômica local, o Monumenta buscou transformar cidades históricas em pólos culturais, impulsionando a economia através do turismo e, conseqüentemente, gerando renda e aumentando os postos de trabalho (DUARTE JUNIOR, 2010). Prosseguindo no mesmo pensamento, o autor reverencia da seguinte maneira o programa:

...reservou para si o papel de agente formulador, organizador e fomentador da preservação urbana no país. Em vez de dar continuidade ao tradicional sistema decisório relacionado à proteção do patrimônio edificado (a autoridade do saber), tornado célebre no período dos pioneiros do IPHAN, o Monumenta fundamentou suas escolhas em critérios científicos, em modelos teóricos - acadêmicos, com predominância da visão de historiadores, cientistas sociais e antropólogos, em detrimento da defendida pelos arquitetos. Sua proposta era direta: a preservação urbana é uma função a ser cumprida na/pela cidade, necessariamente integrada à gestão urbana, dotada de sustentabilidade comprovada, tributária dos processos de desenvolvimento sócio- econômico e instrumento de revitalização/requalificação de áreas urbanas de interesse cultural (DUARTE JUNIOR, 2010, p. 23).

Em 2009, cessaram-se os empréstimos concedidos pelo BID, sendo este, o último ano de contrato com o banco. O sucessor do Monumenta foi formatado e apresentado no Seminário “Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania”, realizado pelo IPHAN e sediado na cidade de Ouro Preto no mesmo ano: o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas.

O PAC Cidades Históricas é um programa coordenado pelo Minc, através IPHAN, baseado num conjunto de ações intersetoriais governamentais articuladas com a sociedade civil (presente em todas as etapas de formulação e execução dos planos de ação - característica que o diferencia dos demais), que vislumbra além da preservação e valorização da cultura brasileira, a promoção da melhoria da qualidade de vida da

população através do desenvolvimento sustentável. Seus principais parceiros estratégicos são: os governos municipais e estaduais; os Ministérios do Turismo, Educação e Cidades; a Petrobrás; Eletrobrás; o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB (IPHAN, 2010b).

Constituiu-se de fato na potencialização das políticas culturais e consolidação dos resultados obtidos pelo Programa Monumenta, que beneficiou os municípios já relacionados. Com orçamento previsto de R\$ 890 milhões estima-se que as ações revitalizadoras do PAC Cidades Históricas abrangerão 173 municípios até o ano de 2012. Ademais, “um dos princípios do programa é integrar ações de preservação às demais políticas públicas no campo do turismo, da educação e do desenvolvimento sócio econômico” (Minc, 2009, p. 06).

Na solenidade de lançamento do programa, o então presidente Lula, pronunciou que apenas a recuperação do patrimônio é insuficiente, caso o processo de visitação não seja guiado pelos pilares da sustentabilidade e que esse programa fomenta a economia, estimulando o turismo, atividade capaz de gerar renda e emprego. Luiz Barreto, Ministro do Turismo naquele mandato, prosseguiu defendendo a capacidade do turismo em avivar a nossa história e memória, por meio da salvaguarda das tradições, saberes e costumes do nosso povo (LANÇAMENTO PAC, 2009).

Outrossim, faz-se necessário ponderar que apenas a implementação dos instrumentos legais de preservação, sejam os atos de tombamento, as regulamentações, registros e inventários, não são capazes de embalsamar um bem cultural, torná-lo incólume. O sentimento de pertença de nada adiantará se a população, as instituições públicas e privadas e os próprios turistas não reconhecerem o valor de seus bens e se autodenominarem defensores e reprodutores de cultura para as gerações que estão por vir.

## **2.6 Patrimônio Cultural e Turismo**

Em que pesem as escolhas quanto aos destinos preferenciais dos mais variados tipos de turistas existentes, pode-se inferir que o fator cultural vangloria-se de considerável influência na tomada de decisão. Por isso, são várias as benesses do reconhecimento de um bem patrimonial, pois além de perpetuar a identidade cultural, é possível ainda traduzir em possibilidades de desenvolvimento. As bonanças do título de

patrimônio mormente são aproveitadas aclamando a atratividade turística. Nesse sentido, Simão (2006, p. 17) acredita que “o papel da preservação do patrimônio cultural nacional extrapola, hoje, os limites da história e da memória, uma vez que começa a cumprir um papel econômico e social”.

Sobre o assunto, Barreto (2000) adverte para que o patrimônio não seja revertido em um “bem de consumo”, momento em que deixa de ser reconhecido pelo seu valor histórico e cultural e incorpora outro valor, monetário, possibilitado pela sua transformação em matéria-prima turística. O aspecto protecionista deverá sempre prevalecer sob a capacidade de indução ao desenvolvimento econômico.

Ruschamnn (1997) elenca os seguintes impactos culturais positivos do turismo: valorização do artesanato; valorização da herança cultural; orgulho étnico; valorização e preservação do patrimônio histórico. Porém, ressalva que os mesmos benefícios podem se transformar em impactos indesejáveis, como a descaracterização da função original do artesanato, a vulgarização das festas tradicionais, que indevidamente podem acabar se transformando em espetáculos pré-arranjados para atender as expectativas dos turistas, além do uso indevido e depredação do patrimônio histórico.

Não se podem ocultar os exemplos em que a restauração de conjuntos patrimoniais incorreu em sentido inverso ao de sua intrínseca conotação, levando à superação de impactos indesejáveis, como: montagem estética do local que destoa de sua originalidade; exílio de moradores das redondezas; passado que retorna revestido de mercadoria turística; aumento dos índices de criminalidade; especulação imobiliária.

Nesse cenário, Pelegrini (2006) aponta o Largo do Pelourinho, em Salvador, e parte do Centro Histórico de Recife, onde o que deveria ser uma metodologia adequada capaz de propiciar melhoria da qualidade de vida das pessoas deu margem às desigualdades sociais, acarretando a gentrificação, fenômeno que desloca a população que reside nas proximidades de áreas revitalizadas para outros locais, geralmente mais afastados e que ainda gera a apropriação e homogeneização de culturas.

Na visão de Elibio Junior e Rechia (2007), o que ocorrera em ambos os patrimônios foi o fenômeno da criação de cenários, ou os chamados não lugares por alguns autores, tornando-os simulacros daquilo que já não existe mais. Modificados intencionalmente na tentativa de seduzir os turistas, a começar pelas cores chamativas utilizadas na revitalização dos prédios antigos que em nada “possuem relação com o passado histórico da cidade” (ELIBIO JUNIOR & RECHIA, 2007, p. 94).

Mas o turismo não é apenas instrumento na produção de estereótipos, possui também seu aspecto de preservação, inibindo atos de vandalismo, impedindo que passados prossigam no esquecimento, construções sejam substituídas e até destruídas. Além de alimentar a economia através da revitalização de atividades decadentes, valorização financeira do espaço territorial e, conseqüentemente, distribuição de benefícios aos nativos.

O que não deve ocorrer é a exploração intencional de alguns bens que evocam a lembrança para fins escusos de lazer e consumo ao revés da apreciação de suas qualidades históricas e artísticas, fazendo com que os predicados do acervo cultural estejam vulneráveis aos ditames do capital. Urge compatibilizar o estímulo às práticas turísticas de exploração, divulgação e conhecimento de um bem patrimonial, com o seu devido respeito, manutenção e valorização, pois, a partir desse equilíbrio, o turismo poderá cumprir sua real função econômica e social.

## **2.7 Bens Patrimoniais Culturais Brasileiros**

Conforme informações extraídas no site da UNESCO, atualmente, a lista do Patrimônio Mundial inclui um total de 936 propriedades, sendo 725 sítios culturais, 183 naturais e 28 mistos, que são bens que satisfazem simultaneamente critérios exigidos para patrimônio cultural e natural.

Aplicando o princípio da excepcionalidade universal à realidade brasileira, tem-se no país a inscrição de 19 sítios mundiais, categorizados em Patrimônio Natural da Humanidade no Brasil e Patrimônio Cultural da Humanidade no Brasil. A primeira categoria contempla a valoração e proteção dos seguintes sítios brasileiros: o Parque Nacional do Iguaçu (PR) incorporado na Lista do Patrimônio Mundial em 1986; a Costa do Descobrimento - reservas de Mata Atlântica e reservas de Mata Atlântica do Sudeste, em 1999; Área de Conservação do Pantanal e Complexo de Conservação da Amazônia Central, ambos inscritos no ano seguinte; as Ilhas Atlânticas brasileiras: Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE) e a Reserva Biológica Marinha de Atol das Rocas (RN), em 2001; as Áreas Protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas (GO), incorporadas também neste mesmo ano (UNESCO, *online*).

A segunda categoria corresponde em ordem crescente de inscrição à Cidade Histórica de Ouro Preto (MG) em 1980; ao Centro Histórico da Cidade de Olinda (PE)

em 1982; as ruínas jesuítico-guaranis de São Miguel das Missões (RS) em 1983; ao Centro Histórico de Salvador (BA) e ao Santuário de Bom Jesus de Matosinhos (MG) em 1985; ao conjunto urbanístico e arquitetônico de Brasília (DF) em 1987; o Parque Nacional Serra da Capivara (PI) em 1991; Centro Histórico de São Luis (MA) em 1997; ao Centro Histórico de Diamantina (MG) em 1999; ao Centro Histórico da Cidade de Goiás (GO) em 2001; e, por último, à Praça de São Francisco de Assis, na cidade de São Cristovão (SE) em 2010 (UNESCO, *online*).

Ademais, são considerados Patrimônio Imaterial da Humanidade a linguagem e arte gráfica Kusiwa e o Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Os títulos de patrimônio cultural, notoriamente recebidos no Brasil, simbolizam em sua cultura e arquitetura o estilo barroco, as obras de Aleijadinho, o memorial dos ciclos do ouro e da cana-de-açúcar, o testemunho das missões jesuíticas, o legado do espírito de aventura dos bandeirantes, as construções rústicas e antigas, as modernas e atuais, as pinturas rupestres, formas de expressão indígena, a dança e a música.

Os Patrimônios Culturais Nacionais são reconhecidos pelo IPHAN nos edifícios tombados que abrange um quantitativo de 21 mil; nos pontuais 79 centros e conjuntos urbanos; em quase 10 mil sítios arqueológicos; nos milhares de objetos, volumes bibliográficos, documentação arquivística, registros fotográficos, cinematográficos e vídeo-gráficos registrados; além dos 22 bens imateriais já listados (IPHAN, *online*). Desse aglomerado de bens culturais cadastrados e preservados, o objeto do presente estudo, Pilar de Goiás, adentra à categoria de sítio urbano, tombado pelo IPHAN em 1954. O próximo capítulo tratará de esmiuçar seu contexto histórico, político, econômico e turístico, e por meio da análise dos dados que será apresentada, avaliar as condições necessárias para o desenvolvimento do turismo rural nesse município.

## CAPÍTULO III

### PILAR DE GOIÁS – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O capítulo III iniciar-se-á com o recorte temporal de Pilar de Goiás, resgatando um pouco de sua história e contextualizando ao cenário atual. Serão apresentados os atrativos turísticos naturais e culturais ali existentes e a infraestrutura turística local. Após a realização e apresentação da coleta de dados, acerca das percepções que os proprietários rurais e cidadãos possuem quanto ao desenvolvimento da prática turística rural em Pilar, seguem-se a análise e discussão dos dados e, por conseguinte, as considerações finais do trabalho.

#### 3.1 Séculos XVIII e XIX: de Arraial à Vila de Pilar de Goiás

A história nos revela o cumprimento leal, súdito e indubitável das obrigações calcadas no sistema mercantilista na época do Brasil Colônia, marcado por três grandes ciclos econômicos, iniciado a partir do século XVI. Os navegadores europeus que aqui aportaram não conseguiram encontrar inicialmente os tão vislumbrados metais preciosos, mas em contrapartida, exauriram uma das maiores riquezas da Mata Atlântica, o pau-brasil.

Transferindo a preocupação do Oriente para a América, Portugal decide de fato colonizar o Brasil. Tal empreitada obstruiu as chances da colônia de ser apossada por seus conterrâneos e propiciou à coroa mecanismos de atender ao mercado europeu, através da exploração da cana de açúcar, rendendo-lhe o título de país pioneiro na produção de bem de consumo em larga escala. (PETTA; OJEDA, 2005).

Com a decadência do ciclo açucareiro, ocasionada pela concorrência da produção holandesa nas Antilhas, a metrópole encontra no século XVIII a panaceia de seus problemas com a exploração aurífera. Emerge, a partir daí, uma verdadeira corrida pelo ouro, marcada pelas promessas de terras aos mineradores; pela taxaço do quinto real; fisco; promulgação do Regimento das Minas Gerais; criação das Casas de Fundação e Intendência; lutas e fluxo elevado de emigração.

O bandeirismo de mineração que conduziu ao despovoamento do litoral reluz na Vila de São Paulo, capitania de São Vicente, encabeçado pelos destemidos e

desbravadores paulistas. De sua região marchou para as Gerais, para as margens do Rio Caxipó-Mirim, até que em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva é conduzido às jazidas de ouro na terra dos Araés, anos mais tarde, Capitania de Goyaz. A bravura paulista logrou êxito, abriu para os caminhos da invasão e tomada de terras, mas foi breve, logo apoderada pelos colonizadores.

Fruto da abundância do metal precioso, inicia-se o povoamento da Capitania de Goyaz. Distante do litoral e dos rios navegáveis, não fosse pelo ouro, dificilmente seria fundada Vila Boa, antiga capital da província de Goyaz (BARBO; SCHLEE, 2011). D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, foi nomeado em 1749 como primeiro capitão general das Minas de Goyaz, quando esta ganhou autonomia e separou-se da Capitania de São Paulo em 1744.

O novo Eldorado atraiu emigrantes de todo o Brasil.

A mineração era o alvo de todos os desejos, uma como que febre ou delírio de que o povo estava tomado (...) A extensa capitania de Goyaz tornou-se em pouco uma vasta mina, em que trabalhavam milhares de operários, obrando prodígios de esforço e de paciência, que ainda hoje fazem pasmar aos que observam os vestígios dessas longas canalizações, empreendidas e realizadas somente a poder do braço do homem (ALENCASTRE, p. 18, 1863).

É possível encontrar algumas literaturas que relatem a ocupação de alguns dos principais arraiais do sertão goiano, como Ferreiro, Meia Ponte, Traíras, Vila Boa, Santa Luzia. Mas que tratem com precisão o objeto que nos ocuparemos é quase total a inexistência de documentos. Até mesmo na obra de Alencastre, que é uma das principais que narram a administração e ocupação da Capitania Goyaz, Pilar é apenas citada. Na ausência de fontes primárias confiáveis, a principal obra de referência para a construção desse tópico e dos demais se refere à tese de doutorado do arquiteto Elvin Mackay Dubugras.

Dubugras (1965) aponta que catorze arraiais se firmaram com gozo nessa região: Ferreiro (1727); Vila Boa e Barra (1728); Anta e Santa Rita (1729); Água Quente (1730); Meia Ponte (1731); Arraias (1733); Crixás (1734); Traíras e São José (1735); Cavalcante (1740); Pilar e Conceição (1741) e, Santa Luzia (1746). Ancorado nas leituras realizadas, é possível absorver que mesmo com as muitas minas de ouro vantajosamente exploradas nesses arraiais, eles se instituía(m) desprovidos de conforto e sem condições sanitárias adequadas, incluindo aí até mesmo Vila Boa.

Descoberta a garimpa dos ribeiros, em 06 de Julho de 1741 é fundada as Minas de Nossa Senhora do Pilar, sendo este, um dos derradeiros arraiais a se formar.

Desbravado pelo bandeirante João Godoy Pinto da Silveira, na busca pelos escravos fujões que ali se esconderam e formaram o quilombo de Papuam, o local logo se engendrou na rota dos principais arraiais da Capitania de Goyaz.

Das catorze minas encontradas em Pilar, a mais abundante se deparava com a escassez de água, dificultando o trabalho de extração. Segundo conta a tradição, um dos garimpeiros fizera promessa a Nossa Senhora do Pilar<sup>2</sup>, de doar um sino de ouro à matriz que seria construída, caso brotasse água no local de garimpo. Atendida a promessa, o sino foi construído e doado, sendo a partir daí, o local chamado de Arraial de Pilar. O Arraial de Nossa Senhora do Pilar sobressaiu devido aos proventos gerados pelos metais preciosos e seguiu prosperando.

O primeiro intendente das Minas de Pilar e Crixás foi o senhor Antônio Pereira do Lago, vindo do Arraial Ferreiro, que já se encontrava enfraquecido. Seu principal ajudante na missão de fiscalização e cobrança dos impostos foi o cronista Pedro Taques. Com a presença desses dois novos escolhidos, a arrecadação quase triplicou em relação aos anos anteriores, chegando a 19.892 oitavas de ouro. Cifra que permite estimar a quantidade de 4200 escravos em atividade nas Minas de Pilar e Crixás (DUBUGRAS, 1965).

Com a decadência das Minas de Vila Boa, Meia Ponte e Santa Luzia, o arraial de Pilar viu sua população crescer, tornando-se um dos mais populosos da região, com 3.916 pessoas de confissão, conforme censo de 1756 (DUBUGRAS, 1965). Em 1808, Pilar torna-se julgado e em 1831 é elevado à Vila. Os julgados eram um sistema de administração utilizado no período colonial, em que pequenos núcleos urbanos mantinham sob sua jurisdição os arraiais existentes em seus arredores. Contudo, os novos eleitos administradores ainda continuavam sob os domínios soberanos da Câmara de Vila Boa (LEMES, 2009).

Já próximo ao grito de independência, as atividades de lavra eram quase extintas. Assim como as outras áreas de exploração mineira, o arraial de Pilar se deparou com uma coroa ávida por rendimentos que imputava ao ouro a moeda de acerto para sua dívida inglesa, esgotando ao final do século XVIII juntamente com o metal, suas regalias e poder. Tristão da Cunha, em 1789, então governador da Capitania de Goyaz, já alertava a coroa:

---

<sup>2</sup> Nossa Senhora do Pilar é uma santa cujas raízes estão arraigadas à aparição de Nossa Senhora ao apóstolo Tiago na Espanha, há mais de 1900 anos.

Devo informar a V.M. que em toda ela (a capitania) os grandes arraiais que se estabelecem, de ordinários sem mais outra escolha que a riqueza do lugar, e se fazem mais ou menos consideráveis à proporção da riqueza dos descobertos, de tal sorte que se veem hoje quase despovoados e reduzidos a tapera, arraiais que, poucos anos antes, floresceram e foram populosíssimos (ALENCASTRE, p. 23, 1863).

Após a ruína que se seguiu, a Vila de Pilar, a exemplo da Capitania de Goyaz, transferiu sua atividade econômica para a agricultura, repetindo o ciclo que configurou em toda a região: surgimento, esplendor e decadência.

A partir daí, Pilar mergulha-se no esquecimento, ficando inerte a qualquer transformação advinda do século XIX. Sem qualquer resquício de progresso nesse período, essa situação apenas se altera com o início da construção da rodovia federal Belém-Brasília, ao final da década de 50 (DUBUGRAS, 1965). Nos dias de hoje, Pilar de Goiás, que passou a município em 1833, é um dos raros retratos dos arraiais fundados na época do Brasil Colônia, sendo reconhecida nesse contexto histórico pelo seu destaque na Capitania de Goyaz.

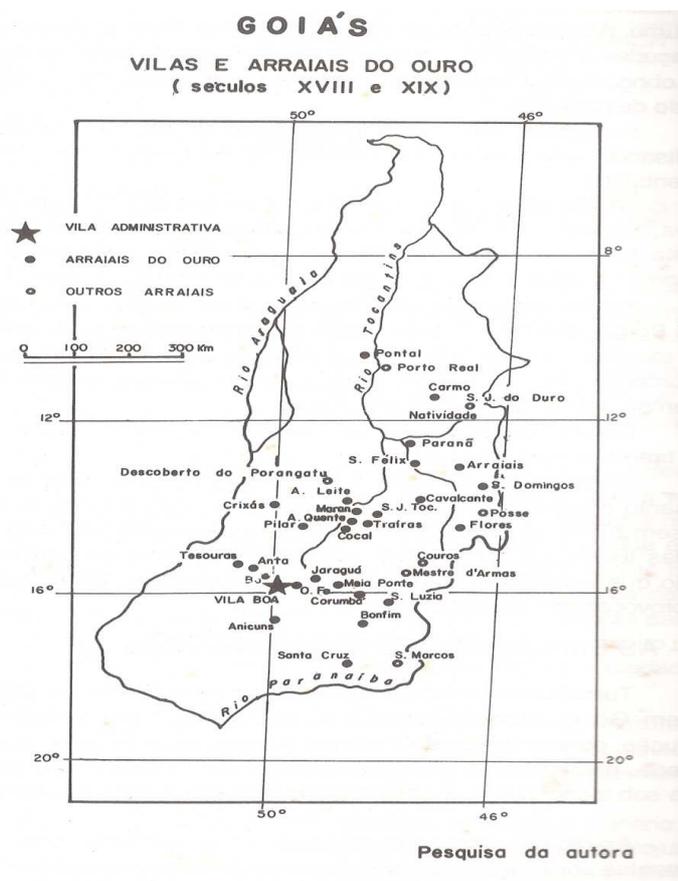


Figura 2: Mapa dos Arraiais da Capitania de Goiás Fonte: SALLES, 2002.

### 3.2 Conjuntura Econômica, Social e Política de Pilar de Goiás

Com uma área de 906,648 km<sup>2</sup>, o patrimônio histórico nacional de Pilar de Goiás está localizado a 263 quilômetros de Goiânia e a 280 quilômetros de Brasília, na região do Vale do São Patrício e microrregião de Ceres. Possui em seus municípios limítrofes, Guarinos a oeste; Itapaci ao Sul; São Luiz do Norte ao Sudeste; Hidrolina, Uruaçu e Campinorte a leste; Alto Horizonte ao Norte e Santa Terezinha a noroeste. As principais rodovias que dão acesso à cidade são a BR-153, a GO-154 e a GO-280.

Consoante às informações publicadas pela Agência Goiana de Transportes e Obras (*online*), o atual governo estadual lançou em 2011 o “Programa de Reconstrução de Rodovias Estaduais”, idealizando a reconstrução de 2.0814 km de rodovia, imprescindíveis ao escoamento da produção agropecuária e ao deslocamento de outras cargas que abastecem o estado. Do total previsto, o programa contempla a reconstrução de 44,20 km da rodovia estadual que liga Pilar de Goiás à Terezinha de Goiás (GO-154), sendo que até Abril deste ano, 4 km haviam sido reconstruídos.

Além disso, há o projeto federal “Ferrovia de Integração do Centro Oeste” que ligará o litoral fluminense à fronteira do Brasil-Peru e contemplará o estado goiano. A ferrovia cortará 210 km, passando pelos municípios de Nova Iguaçu de Goiás, Campinorte, Pilar de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Crixás e Nova Crixás, até chegar à fronteira do estado vizinho Mato Grosso (VALEC, *online*).

Com relevo fragmentado, formado por um conjunto de serras, Pilar de Goiás é rodeada pelos Montes Moleque, Boa Vista e Pindura. Em meio às montanhas, a vegetação típica do local é o cerrado, o que justifica o calor escaldante durante o dia e as noites com temperaturas mais amenas, protagonizando um clima tipicamente serrano. É banhada pelo Rio Vermelho, sendo este seu principal manancial e pelos rios Araguaia e Tocantins.

De acordo com o CENSO 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Pilar de Goiás possui um total de 2.766 habitantes, dos quais 1.568 são da zona rural e 1.198 da zona urbana.

A maior parte do município é ocupada por pastagens, havendo elevada concentração de pequenas propriedades rurais, sendo a agropecuária a base da economia local. O último levantamento acerca da estrutura fundiária feito em 2002 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – detectou que o município

possui uma área total de 28.870,4 hectares, sendo que quase 50% desse total concentram-se nas pequenas propriedades.

Foi realizada em 2010 pelo IBGE a Pesquisa da Pecuária Municipal, cujo objetivo era estimar o efetivo dos rebanhos. Segue abaixo quadro com informações da pesquisa:

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE (cabeça)	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE (cabeça)
Bovinos	76.100	Equinos	1.500
Porcas Criadeiras	730	Bubalinos	250
Outros porcos	2.600	Asininos	35
Galinhas	6.850	Muare	130
Galos, frangas e pintos	10.700	Caprinos	220
Codornas	0	Ovinos	760

Quadro 1: Efetivo Rebanhos 2010  
Fonte: IBGE (2010)

Além do quantitativo dos rebanhos, a pesquisa estimou a produção leiteira e avícola do município, chegando ao total de 9.790.000 litros de leite e 58.500 ovos de galinha (IBGE, 2010). Ambos os produtos são consumidos pelas famílias agricultoras, contribuindo para uma melhor alimentação; e são comercializados, refletindo no incremento de renda familiar.

O extrativismo mineral é a base econômica secundária. Com a ocorrência de minérios na região, tais como mica, cristal de rocha, amianto, talco, ametista, granada, urânio e especialmente o ouro, este é novamente valorizado e inicia ao final da década de 60 o chamado 2º ciclo do ouro em Goiás, estando novamente Pilar de Goiás entre as principais regiões produtoras dessas jazidas (SOARES, 1990). A esperança da chegada do tão propalado desenvolvimento veio acalentar os corações dos pilarenses com o funcionamento da mineradora Yamana Gold.

Hoje, a Yamana Gold é a maior empregadora do município. Empresa canadense que desenvolve trabalhos de pesquisa mineral, extração, processamento e recuperação de ouro e cobre, a Yamana Gold planeja investir aproximadamente R\$ 600 milhões de reais em projetos de mineração em: Pilar de Goiás; Alto Horizonte; Crixás e Guarinos, e se tornar a maior produtora de ouro do Estado (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 2011).

Na execução de todos os projetos, o governo estadual terá participação nos *royalties*, fato que permitirá a pulverização dos benefícios da atividade mineradora.

Os serviços de terraplanagem já iniciaram e a data prevista para o início das operações na mina subterrânea é janeiro de 2013, cuja projeção de explorar é de 3,6 a 4,6 mil quilos de minérios de ouro ao ano (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 2011). Desde o início das negociações, os trâmites legais e éticos foram respeitados, sendo que em 2009 foi realizada audiência pública para apresentação do projeto ao município e à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado. Na ocasião, os representantes da empresa se comprometeram em respeitar a sustentabilidade ambiental do local e a contribuir com a realização de parcerias e projetos sociais que almejam melhoria da qualidade de vida da população.

Engajada com a gestão municipal e com o apoio da comunidade, a mineradora tem executado as ações de responsabilidade socioambiental ora assumidas. Atendendo as exigências legais e constitucionais, a canadense contratou uma equipe de arqueologia para gerenciar as questões ambientais com foco na prevenção e proteção do patrimônio local, tutelando responsabilidades inseridas em suas atividades, com o compromisso de entrega ao município do material arqueológico que for encontrado nas minas. O IPHAN fiscaliza, acompanha e autoriza o licenciamento arqueológico.

Em parceria com a prefeitura municipal, a mineradora desenvolveu o Projeto de Inclusão Digital oferecendo serviço gratuito de internet para 350 moradores e recentemente declarou apoio na ordem de 75 mil reais a cinco projetos escolhidos por representantes das instituições de Pilar de Goiás, nas áreas de geração de empregos, educação, esporte e cultura (YAMANA GOLD, 2010).

A administração pública também tem buscado contribuir com a disseminação do desenvolvimento sustentável e organizou entre 30/05 à 03/06/2011 a Semana do Meio Ambiente “Pilar Sempre Verde”. O evento se caracterizou pela realização de palestras com temas variados como: Trânsito e Meio Ambiente; Aterro Sanitário e Resíduos Sólidos; Água – Consumo, desperdício e poluição; Respeito ao Patrimônio Público; Paisagem, Arte e Cultura; Preservação Ambiental e Extração Mineral. Foi realizada ainda, a Caminhada Ecológica para coleta de lixos presentes ao longo do percurso, instigando atitudes de conscientização e preservação.

Não existe nenhum plano diretor ou lei municipal direcionado à gestão do sítio histórico. Entretanto, há a lei municipal nº 043/2010 que dispõe sobre as regras para Parcelamento do Solo Urbano do município de Pilar de Goiás. Essa lei apregea normas

que observam não apenas as restrições urbanísticas, mas também ambientais, visando uma expansão ordenada do município, de modo a evitar degradação ambiental e redução da qualidade de vida dos cidadãos.

Os comerciantes acreditam que além da quantidade de empregos gerados e outros benefícios apontados, a Mineradora Yamana Gold está contribuindo para o fortalecimento e crescimento do comércio, que hoje não possui expressividade no município e é constituído de: 1 hotel com (32) trinta e dois leitos e (02) suítes; 6 mercadinhos; 3 casas de carnes; 1 panificadora; 4 lojas de roupas; 2 agências bancárias sendo Bradesco e Banco do Brasil; 2 farmácias; 1 loja de móveis; 2 sorveterias; 2 lanchonetes ; 1 pamonharia; 1 cartório.

No tocante à educação, o município abriga três escolas, sendo duas da rede municipal e uma da rede estadual. A Escola Municipal Joaquim Gomes Tição e a Escola Municipal Presidente Costa e Silva oferecem o ensino fundamental, enquanto o Colégio Estadual de Pilar oferece a 2ª fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio. De acordo com informações coletadas diretamente nas escolas, em Março de 2012, juntas possuíam um total de 496 alunos matriculados. Assim como acontece na quase totalidade dos municípios brasileiros de pequeno porte, em Pilar de Goiás não há instituição de ensino superior.

Há no município a Casa do Patrimônio que é uma extensão da Secretaria de Cultura de Pilar de Goiás, que realiza ações conjuntas com as instituições e a comunidade, auxiliando a gestão pública municipal a alavancar com responsabilidade a prática da atividade turística em Pilar de Goiás.

De acordo com informações obtidas com o prefeito municipal, o senhor Joaquim Santana Ramos, tramita-se um projeto para criação do serviço de esgoto e da rede fluvial na cidade. O gestor objetiva também elaborar um plano de ação para que o município volte a ter ruas de pedra e a restauração de alguns imóveis privados.

Atualmente, o plano prioritário do governo municipal é a construção de um anel viário para interligar as rodovias que cruzam a cidade. Para tal empreitada, já contratou empresas especializadas que estão desenvolvendo projetos para angariar recursos do governo federal, por se tratar de um local tombado. O intuito é retirar a rodovia da circulação interna da cidade e assim evitar o desgaste e a depredação do patrimônio nacional, além de melhorar o acesso à cidade.

### 3.3 Atrativos Culturais e Naturas de Pilar de Goiás

Várias são as razões existentes que motivam os turistas a escolherem seus destinos de viagem: o lazer; o descanso; o conhecimento pela cultura; a renovação da fé; os negócios; a aventura; a busca pelo desconhecido, dentre outros. Entretanto, sejam quais forem as razões e conseqüentemente as escolhas, o processo decisório está envolto às características culturais ou naturais de um dado local.

Ignarra (2003) classifica essas características em atrativos culturais e naturais. Os atrativos culturais podem ser reconhecidos em monumentos como as esculturas, pinturas, casarões, igrejas, edifícios, fontes, sinos, nos sítios históricos e científicos que servem de testemunho cultural, nas instituições de pesquisa e lazer como os museus, bibliotecas e centros culturais de exposição, e nas manifestações tradicionais populares, como as festas religiosas, as festas populares e cívicas, além dos usos, costumes, gastronomia e língua que representam o modo de viver de um povo.

Já os atrativos naturais são as montanhas, os tipos de planaltos e planícies, as praias, arquipélagos, mangues, falésias, dunas, rios, lagoas, cachoeiras, quedas d'água, pântanos, cavernas, grutas, áreas de caça e pesca (IGNARRA, 2003). Ambos os atrativos turísticos se fazem presentes no cenário de Pilar de Goiás, fato que justifica ainda mais o interesse em dissertar sobre tal objeto.

Por conservar parcialmente sua arquitetura setecentista e servir de testemunho das riquezas efêmeras do Brasil colonial, Pilar de Goiás teve seu centro histórico tombado pelo IPHAN em 1954, sendo o primeiro núcleo arquitetônico e paisagístico do estado de Goiás. O sítio corresponde à área central, histórica e colonial da cidade e sua inscrição foi feita no Livro de Tombo das Belas Artes – Perco 458-T-52 (PROGRAMA MONUMENTA, 2005).

Com uma topografia irregular, o arraial de Pilar não se constituiu rigidamente nos mesmos moldes dos demais formados naquele período. Na opinião de Dubugras (1965), isso pode ser justificado pela localização da Câmara, que, ao contrário dos outros arraiais, não ocupava lugar de destaque na praça. O autor pondera ainda que talvez nem houvesse a existência de praça nesse arraial, pois, nos relatos dos viajantes Cunha Mattos, Castelnau e Pohl; não se observa menção alguma sobre tal lugar.

O núcleo urbano se formou com a construção das principais obras religiosas e de serviços públicos da época e são hoje os principais atrativos culturais do município:

**Chafariz São José** – obra dos escravos que servia para abastecer o arraial, construída em 1745 (Figura 3).



Figura 3: Chafariz São José  
Fonte: L.T.A. (2011)

**Matriz de Nossa Senhora do Pilar:** fundada em 03 de Maio de 1751, foi considerada dentre as quatro principais igrejas da província, devido ao seu espaço, objetos de ouro e prataria, altares e imagens. Veio a ruir no início do século passado e por volta 1922 foi iniciada sua reconstrução (Figuras 4 e 5).



Figura 4: Igreja Nossa Senhora do Pilar  
Fonte: LT.A. (2011)



Figura 5: Altar Igreja Nossa. S. do Pilar  
Fonte: L.T.A. (2011)

**Casa de Câmara, Cadeia e Intendência:** composta em seu corpo por dois juízes ordinários na época, as Casas de Câmara e Cadeia eram edifícios construídos para abrigar os órgãos da administração pública local. Para o IPHAN, possivelmente essa seja a menor Casa de Câmara e Cadeia construída no Brasil Colônia e não há como precisar sua data de construção, estimando apenas que ela foi edificada entre os anos de 1773 e 1778 (DUBUGRAS, 1965). Em Março de 2011 esse prédio foi entregue restaurado pelo IPHAN, com os recursos do PAC Cidades Históricas e o espaço agora servirá além da visitação, para palestras e reuniões.

Anexo a esse complexo arquitetônico, há a Casa de Intendência, local que servia para execução dos trabalhos do intendente dessas minas e que hoje é a Casa do Patrimônio, Secretaria da Cultura e escritório de gestão do IPHAN (Figuras 6 e 7).



Figura 6: Casa de Câmara, Cadeia e Intendência  
Fonte: L.T.A. (2011)



Figura 7: Parlatório  
Fonte: L.T.A. (2011)

**Ermida Nossa Senhora das Mercês** – Apresentando grandes semelhanças com as outras construções religiosas da época, a Ermida de Nossa Senhora das Mercês era a menor igreja do arraial. Recentemente restaurada, no ano de 2008, ao custo total de 198 mil reais, é considerada pelo IPHAN a que chegou aos dias de hoje com bastante integridade (Figura 8).



Figura 8: Igreja Nossa Senhora das Mercês  
Fonte: L.T.A. (2011)

Já as duas outras edificações religiosas, Nossa Senhora do Rosário e a Ermida de Nossa Senhora da Boa Morte dos Homens Pardos, desapareceram por completo, sendo que a primeira foi demolida em 1824 e forneceu material para a reconstrução da Matriz de Nossa Senhora do Pilar (Dubugras, 1965). Os santos de devoções adotados no arraial de Pilar remontam a origem portuguesa e espanhola dos colonizadores, simbolizando

também a segregação racial, visto que os homens pardos e negros eram geralmente devotos de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Mercês (Dubugras, 1965).

Diferente das grandes obras arquitetônicas religiosas europeias, as igrejas do arraial de Pilar e da maioria dos outros arraiais fundados no Brasil Colônia, se edificaram com materiais precários, sem nenhuma especialização técnica, fato justificado pelo acesso rudimentar da época e pela mão de obra utilizada. No entanto, mesmo as construções mais simples simbolizavam sua imponência, domínio e autoridade, dada a função econômica e social que então desempenhava.

**Sinos** – a fundição dos sinos data do período áureo de exploração, cujos diâmetros variam de 60 a 90 centímetros e, quando tocados, seus sons se propagam a longa distância. Os sinos estão localizados no campanário ao lado da Matriz Nossa Senhora do Pilar (Figura 9).



Figura 09: Sinos  
Fonte: L.T.A. (2011)

**Casas** – **Casa de Dona Otilia** - residência de características arquitetônicas tipicamente rurais que representavam as propriedades dos mais abastados daquela época (Figura 10).



Figura 10: Fachada da Casa da Dona Otília  
Fonte: Nelivânio Ribeiro da Souza (2012)

**Museu Casa da Princesa**– casarão construído no século XVIII, é o melhor exemplo da arquitetura urbana setecentista (DUBUGRAS, 1965). O casarão, que era de propriedade do Sr. Vicente Gomes Tição, foi restaurado ao final da década de 70 e começou a ser montado a partir daí, pelo neto de seu antigo proprietário, o Sr. Antônio Gomes Tição. Esse pilarense, por meio de doações, conseguiu reunir objetos e peças que ilustram o período de destaque da produção aurífera. No museu, é possível encontrar documentos históricos, móveis, fotografias, cédulas e moedas da época, palmatório, espingardas, pilão, tear, forca, carro de boi, imagens e objetos sacros, pilão, dentre outros utensílios utilizados nos casarões de fazendas goianas.

Conta a tradição que a Princesa Isabel pernoitou no antigo casarão, daí a escolha do nome. Recebendo uma média de 300 visitantes por mês, o Museu Casa da Princesa, com a lei de nº 11.906, de 20 de Janeiro de 2009, passou a pertencer ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, autarquia também vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pelos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.



Figura 11: Museu Casa da Princesa  
Fonte: L.T.A. (2011)



Figura 12: Antiga força dos escravos  
Fonte: L.T.A. (2011)

Dubugras (1965), quando da elaboração de sua grande obra sobre Pilar de Goiás, afirma que pouco do traçado setecentista se alterou, salvo as casas que desapareceram ao longo dos anos à medida que foram abandonadas. Mas esse cenário se encontra modificado atualmente, com a pavimentação das ruas em substituição ao rústico calçamento e a construção de novos imóveis no centro histórico e na periferia da cidade, reluzindo os primeiros sinais do progresso e modernidade.

Quanto aos atrativos culturais imateriais, tem-se as festas populares ou religiosas que são expectadas desde o período colonial, face à penúria da vida social nos arraiais.

Para Dubugras (1965, p. 66), elas eram uma “mistura de cristianismo com ritos africanos e materialismo grosseiro”.

Mesmo nos dias de hoje, elas ainda são ansiadas e praticamente toda a população se empenha na realização dos eventos. Há quatro grandes festas que acontecem regularmente todos os anos em Pilar de Goiás e que retratam suas riquezas endêmicas e etnográficas:

**Festa do Divino Espírito Santo:** realizada no mês de junho, é a festa mais tradicional da cidade e seu prelúdio data do ano de 1747. Em 2011 comemorou-se 264 anos do Império do Divino Espírito Santo. A festa inicia-se com a coroação de seu imperador e imperatriz, que são escolhidos na edição anterior e envio das três folias que por sete dias pregam o evangelho para as famílias das zonas rurais. Durante a festa, há a realização de novena, missa sertaneja, apresentação do Bumba meu Boi e outras celebrações. É a festa da cidade que mais tem recebido visitantes (Figura 13).



Figura 13: Imperadores da Festa do Divino  
Fonte: Hilda Esteves (2011)

**Nossa Senhora do Pilar e a Cavalhada** – com um fluxo menor de visitantes, ocorre em Setembro, a festa em louvor a Nossa Senhora do Pilar, padroeira da cidade. Acontecem também nesse período, as cavalhadas, cuja tradição medieval europeia teve início na cidade em 1895. O embate entre cavaleiros mouros e cavaleiros cristãos representa o Memorial de Batalha do Imperador Carlos Magno (Figuras 14 e 15).



Figura 14: Celebração N. Senhora Pilar  
Fonte: Nelivânio Eterno Souza (2011)



Figura 15: Cavalhada  
Fonte: Nelivânio Eterno Souza (2010)

**Folia de Santos Reis ou Festa de Natal** – organizada pela comunidade, a Folia de Santos Reis começa após o natal com a montagem de presépios e encerra dia 06 de janeiro com a Cerimônia Dia dos Reis. Durante esse período os foliões percorrem a zona rural e urbana, visitando os moradores e realizando orações natalinas. No dia de encerramento da festa, é oferecido pelo festeiro um jantar aos foliões e a população (Figura 16).



Figura 16: Festeira Folia de Santos Reis  
 Fonte: Nelivânio Eterno Souza (2012)

**Semana Santa**– assim como se repete nas várias paróquias e dioceses católicas espalhadas pelo país, a celebração da Semana Santa em Pilar de Goiás inicia-se com a bênção dos Ramos na Ermida das Mercês e sucede com realização de terços, missa Lava Pés, Teatro da Paixão de Cristo, Procissão com a Imagem do Senhor Morto e Nossa Senhora das Dores, Missa da Vigília de Ressurreição e Missa Pascal (Figura 17).



Figura 17: Paixão de Cristo  
 Fonte: Nelivânio Eterno Souza (2011)

Os eventos em Pilar de Goiás ainda não se tornaram em espetáculos remodelados para atrair mais expectadores e superar as expectativas do público externo. Não se pode precisar a quantidade de turistas recebidos nos eventos, porque não foram

encontrados registros, mas estima-se que a Cavanhada tenha recebido mais de 5 mil turistas em 2011 (JORNAL DIÁRIO DO NORTE, 2011).

Além dos atrativos culturais materiais e imateriais, Pilar oferece também atrativos naturais originados no século XVIII, tal como a Cachoeira do Ogó.

**Cachoeira do Ogó** – reserva ambiental situada a 1 km da cidade, com difícil acesso, é onde se localizava o quilombo Papuã. Degradada por causa do garimpo, o poder público municipal contratou a empresa MVA – Engenharia e Projetos Elétricos, para o desenvolvimento de um planejamento técnico, tencionando receber do PAC Cidades Históricas, recursos para a implantação de um Parque Municipal Linear do Rio Vermelho. Almejando proteger também a Cachoeira do Ogó, o projeto margeará toda a área urbana da cidade (Figura 18).



Figura 18: Cachoeira do Ogó  
Fonte: L.T.A. (2011)

Ademais, há os atrativos naturais existentes nas propriedades rurais contidas nos apêndices deste trabalho.

### 3.3.1 Infraestrutura Turística de Pilar de Goiás

Apresentados os atrativos culturais e naturais presentes em Pilar de Goiás, será introduzida a infraestrutura turística da cidade, ou os serviços turísticos como alguns autores preferem denominar. Os serviços turísticos inexistiriam não fosse a presença dos atrativos turísticos, todavia, a sua ausência inviabilizaria a prática da atividade

turística, pois o atrativo turístico por si só não seria suficiente para efetivação do turismo.

Ignarra (2003, p. 21) considera que os serviços turísticos são “fundamentais para que os turistas possam desfrutar de seus atrativos”. Inclui-se no rol de elementos fundamentais os serviços de hotelaria, gastronomia, de entretenimento, agenciamento, eventos e transportes. Além desses, o autor classifica a infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, rede de energia elétrica, vias de acesso) e os serviços de apoio aos turistas (agências bancárias, hospitais, correios, postos policiais, comércio), como aqueles essenciais à população residente, mas que impactam diretamente na qualidade do destino turístico.

O turismo em Pilar de Goiás se encontra em estágio embrionário, se concretizando com certo amadorismo. Tal afirmação não se deve a inexistência de atrativos suficientemente capazes de motivar a chegada de turistas, conforme já houve ocasião de observar no item anterior, mas devida a sua precária infraestrutura turística que ainda não é capaz de comportar um fluxo turístico intenso, comprovada pelo quadro abaixo:

Serviços Turísticos e de Apoio ao Turista	Quantidade/Subtipo
Hospedagem - hotéis, flats, pensões, campings, pensionatos, lodges)	01 - pensão com 32 leitos
Gastronomia – restaurantes, lanchonetes, pizzarias, cafés, cervejarias	03 restaurantes, 01 pizzaria, 2 lanchonetes, 1 panificadora, 1 pamonharia, 2 sorveterias
Agências de Viagens	Inexistente
Agências Locadoras de Veículos	Inexistente
Agências Organizadoras de Eventos	Inexistente
Espaços de Eventos – centro de convenções, bufês, áreas de eventos culturais.	Há 1 clube com espaço para eventos e 2 salões
Entretenimento – bares, boates, danceterias, cinemas, teatros, parques aquáticos e temáticos, boliches, campos de golfe.	04 bares
Informações Turísticas – guias, centros de atendimento aos turistas (cats), jornais e revistas especializadas.	Guias (informais) e a Casa do Patrimônio e Secretaria de Cultura de Pilar de Goiás
Passeios – cavalo, helicóptero, barco	Inexistente
Comércio Turístico – souvenirs, joalherias, artesanato, produtos típicos.	Inexistente

Agências Bancárias	01 mini Agência Bradesco e Banco do Brasil
Hospital	01
Posto Policial	01
Terminal Rodoviário	01

Tabela 2: Infraestrutura turística de Pilar de Goiás

Fonte: L.T.A. (2012)

Cabe sublinhar que as vias de acesso são imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer destino turístico, seja para o deslocamento dos próprios turistas, seja para o transporte de cargas, necessário ao abastecimento do destino. A principal rodovia que interliga o município de Pilar de Goiás ao estado e ao restante do país é a BR-053, que apesar de muito bem conservada, possui um tráfego pesado de carros e caminhões. A malha viária estadual encontra-se deficiente, mas conforme informações já apontadas, o governo estadual vislumbra sanar os pontos mais críticos da infra-estrutura rodoviária, fator que contribui incisivamente para o desenvolvimento do turismo em qualquer localidade.

O sistema de transporte é apenas o rodoviário e atualmente as empresas que operam em Pilar de Goiás são: União, Marly e Goianésia. Todas saem de Goiânia, com destino à Santa Terezinha, Campos Verdes e Crixás e passam pela cidade. Percorrendo a BR-153 e a GO-280, essas rotas param em Anápolis, Jaraguá, Ceres, Rialma e Itapaci.

Como se vê, Pilar de Goiás ainda não dispõe de infraestrutura turística para hospedar, entreter e atender os turistas que a visitam. No entanto, muito além de prover os recursos necessários à implementação dos serviços e equipamentos turísticos, é preciso, sobretudo, definir em conjunto com o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local, políticas de desenvolvimento com vistas a fazer da prática turística, o encontro com o conceito dilatado de desenvolvimento.

### 3.4 Procedimentos Metodológicos

A metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos foi através de pesquisa descritiva com abordagem quanti-qualitativa, sendo o instrumento de pesquisa, a aplicação de questionário e a técnica do grupo focal, momento em que foi possível dar mais consistência à análise dos dados, sendo um incremento qualitativo na investigação. O grupo focal é definido como:

um técnica de pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e num certo período de tempo, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p. 5).

Como já se sabe, para confecção dos dois primeiros capítulos e parte do último dessa obra, foi necessária uma pesquisa em fontes secundárias com dados bibliográficos e documentais que auxiliaram na compreensão teórica dos fenômenos estudados. No segundo momento foi trabalhada a pesquisa de campo, essencial ao estudo, realizada através da aplicação de 25 questionários, sendo 15 destinados aos proprietários rurais e 10 aos cidadãos que residem em Pilar no mínimo há dez anos, nos dias 11; 12 e 13 de agosto de 2011, pela própria pesquisadora.

A escolha pela técnica dos questionários se deve à precisão das informações que são obtidas. Ao elaborar os questionários, a preocupação da pesquisadora foi respeitar e cumprir os objetivos dessa dissertação, relacionando-o ao problema central já apontado. Elaborado com respostas de múltiplas escolhas, os entrevistados escolhiam uma ou mais opções de respostas, quando era cabível ao questionamento indagado.

Foram explicados os riscos e benefícios na participação da pesquisa a todos aos entrevistados. Os que concordaram em participar receberam o documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) composto por duas vias. A primeira via foi entregue ao sujeito e a segunda, depois de preenchida e assinada pelo mesmo, ficou sob a guarda da pesquisadora-responsável que as guardará por cinco anos. Ressalta-se que os sujeitos participantes apenas se identificaram no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, em hipótese alguma no questionário da pesquisa, impossibilitando assim, identificar qual a resposta que cada participante concedeu.

Todos os sujeitos convidados a participar da pesquisa participaram com prontidão, no entanto, alguns, em especial os representantes do meio rural, se mostraram a priori reticentes, diria até temerosos quanto ao teor do trabalho, mais especificamente, quanto ao que seria feito após sua contribuição. Não fosse pela ajuda inestimável da senhora Hilda Esteve Guimarães, moradora de Pilar de Goiás há mais de trinta anos, que esteve presente em várias das entrevistas, apresentando a pesquisadora aos sujeitos, dando-lhe maior credibilidade e respeito, a pesquisa no meio rural não teria sido tão bem aceita e proveitosa.

O universo da amostragem quantitativa foi alcançado, tendo em vista aquilo que estava proposto no projeto de pesquisa dessa dissertação e que almejava apenas a compreensão do fenômeno e não a generalização de resultados. Após fornecer as respostas das indagações elaboradas no momento da coleta de dados, a representação desses foi feita por meio de gráficos de setores. É essencial que a análise seja feita de maneira inteligível, organizando-os para explicar adequadamente aquilo que se propôs investigar (MOROZ; GIANFALDONI, 2002).

Já para o grupo focal, como o objetivo dessa técnica não é as relações de amostragem, mas o esgotamento do assunto através da exposição de ideias e cruzamento de opiniões, foi feita uma sessão com 5 sujeitos, na Chácara das Flores, no dia 21 de Abril de 2012. Recebidos com costumeira cordialidade, todos eles participaram no preenchimento dos questionários aplicados em agosto de 2011, sendo portanto, público-alvo dessa pesquisa e já haviam assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram convidados com antecedência, sendo também informados acerca dos temas abordados para discussão.

Iniciada a sessão, a pesquisadora-mediadora esclareceu os objetivos daquela reunião, consultou os participantes sobre a gravação das discussões, ressaltando que a finalidade desta é de apenas facilitar a análise das informações, explicou o que seria feito com os dados obtidos e destacou a participação de todos naquele debate. A reunião durou cerca de uma hora e o tempo para cada questão debatida foi de aproximadamente 20 minutos. Ao final cada participante teve um minuto para se manifestar quanto ao que achou da pesquisa.

Os responsáveis pela sessão foram a própria pesquisadora e seu orientador, que se revezaram nas funções de mediador, relator, observador, operador de gravação, transcritor das fitas e digitador.

Essa técnica permitiu potencializar a pesquisa com a produção de dados qualitativos, quando a pesquisadora pôde apreender o que foi extraído da fala dos entrevistados e, com isso, interpretar seus sentimentos, percepções e vontades. Finalizadas a aplicação das duas técnicas de pesquisa, foram identificadas as respostas dos questionamentos levantados e por meio da abordagem quanti-qualitativa de análise, os dados foram relacionados também ao contexto teórico utilizado para obtenção de uma interpretação ainda mais acurada.

### 3.5 Análise dos Resultados

Apresentar-se-á nos tópicos 3.5.1 e 3.5.2 a compilação dos dados quantitativos e qualitativos encontrados e a discussão dos resultados obtidos, buscando como parâmetro as teorias que serviram de referencial neste trabalho.

#### 3.5.1 Análise Quantitativa

Dos 25 questionários aplicados, sendo 15 destinados aos produtores rurais e 10 aos cidadãos, 8 indagações são comuns a ambos os questionários e abarcaram assuntos quanto ao tempo de residência em Pilar de Goiás, sentimento de orgulho da tradição histórica cultural pilarense, quais os entraves à atividade turística em Pilar de Goiás, como o incremento da atividade turística poderá contribuir para o crescimento da cidade e demais. Os outros dois questionamentos são característicos apenas do formulário trabalhado com os produtores rurais e tratam basicamente do interesse quanto à abertura da propriedade rural para fins turísticos e quais atrativos turísticos essas apresentam.

Sobre o tempo de residência em Pilar de Goiás, 60% dos entrevistados vivem na cidade há mais de 30 anos, 32% de 10 a 30 anos e apenas 8% há 10 anos. A grande maioria dos entrevistados encontra-se atualmente empregada, totalizando 96%. O mesmo se repete com o item orgulho da tradição histórica cultural de Pilar de Goiás, 96% afirmam sentir orgulho de suas raízes. Os itens questionados são importantes para a pesquisa para que se possa avaliar o elo de ligação, o vínculo dos cidadãos com o município.

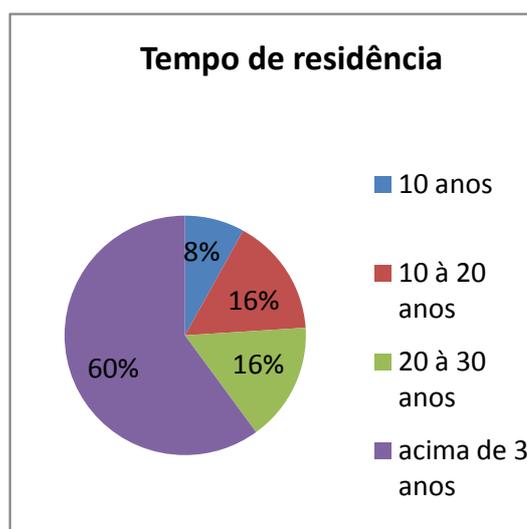


Gráfico 1: Tempo de residência em Pilar de Goiás  
Fonte: L.T.A. (2012)



Gráfico 2: Número de moradores empregados atualmente  
Fonte: L.T.A. (2012)

Como era de se esperar, todos invariavelmente já visitaram o centro histórico de Pilar de Goiás, sendo, portanto, conhecedores de sua história, dos dias de glória vividos no passado e do período de decadência *posteriori*. Um fato curioso e extremamente favorável ao avanço da atividade turística é que 100% dos entrevistados são a favor da reutilização do centro histórico para fins de lazer e turismo.



Gráfico 3: Orgulho da tradição histórica cultural pilarense  
Fonte: L.T.A. (2012)



Gráfico 4: Moradores que já visitaram o centro histórico de Pilar de Goiás  
Fonte: L.T.A. (2012)

Na mesma proporção de totalidade, a constatação da necessidade em conservar as riquezas naturais e culturais do sítio histórico é unânime entre os entrevistados. Fato que reforça o apoio fulcral à prática turística sustentável. Como as alterações nas condições ambientais e sociais em Pilar de Goiás decorrem desde a época de extração

mineral no Brasil Colônia, principalmente pela precariedade dos métodos então aplicados, sua população não quer novamente comprometer os recursos naturais e patrimoniais ali existentes, seja qual for o tipo de atividade econômica que vier a se desenvolver.



Gráfico 5: Opinião quanto a reutilização do centro histórico para fins turísticos  
Fonte: L.T.A.



Gráfico 6: Consciência da necessidade em conservar as riquezas naturais e culturais  
Fonte: LT.A.

Quanto aos entraves na captação de um maior quantitativo de turistas, vários itens foram assinalados. Na opinião dos entrevistados, os aspectos mais deficitários são hotéis de qualidade, divulgação/marketing e restaurantes variados, correspondendo a 19% cada um deles. O apoio e incentivo público foram considerados por 16% da amostra um impasse à atividade turística, enquanto que a falta de transporte adequado representa 10%, a falta de pavimentação das ruas 7%. A infraestrutura básica também foi um item apontado como deficitário por 4% dos que responderam. Em contrapartida, apenas 2% acreditam que os atrativos culturais, naturais, as festas e folclores sejam insuficientes.

Os dados revelam que a população, seja rural ou urbana, possui conhecimento de que ainda é preciso muito investimento para a atividade turística se alavancar. Apenas reiterando o que já fora pincelado no item 3.4 deste capítulo, sem a existência de serviços turísticos capazes de atender quantitativa e qualitativamente as necessidades de consumo e lazer dos turistas, é inviável a possibilidade de desenvolvimento através do turismo.

### Opinião quanto aos entraves na captação de maior número de turistas

- Divulgação/Marketing
- Limpeza e pavimentação das ruas
- Hotéis de qualidade
- Restaurantes variados
- Folclore/Festas religiosas
- Meios de transporte adequados
- Infraestrutura básica (água; energia; esgoto)
- Apoio e incentivo público
- Atrativos Naturais (cachoeiras; rios; grutas)

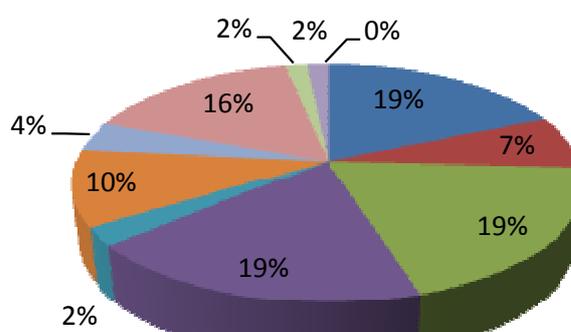


Gráfico 7: Opinião quanto aos entraves na captação de maior número de turistas  
Fonte: L.T.A. (2012)

Ratificando a unanimidade de apoio à prática da atividade turística em Pilar de Goiás, o gráfico 8 apresenta detalhadamente as formas que os entrevistados compreendem contribuir com o município. 24% apostam na maior oferta de postos de trabalho, 21% na fonte complementar de renda, 20% na melhoria da qualidade de vida da população. Já para 13% dos entrevistados, o turismo permitirá a valorização do patrimônio histórico cultural de Pilar de Goiás, 8% afirmam que a cidade será inserida no cenário turístico goiano e 6% expectam divisas para o município. Há ainda o item todas as alternativas, em que 7% colocaram-se de acordo. Como era esperado, nenhum dos sujeitos acredita na ausência de alguma forma de contribuição da atividade.

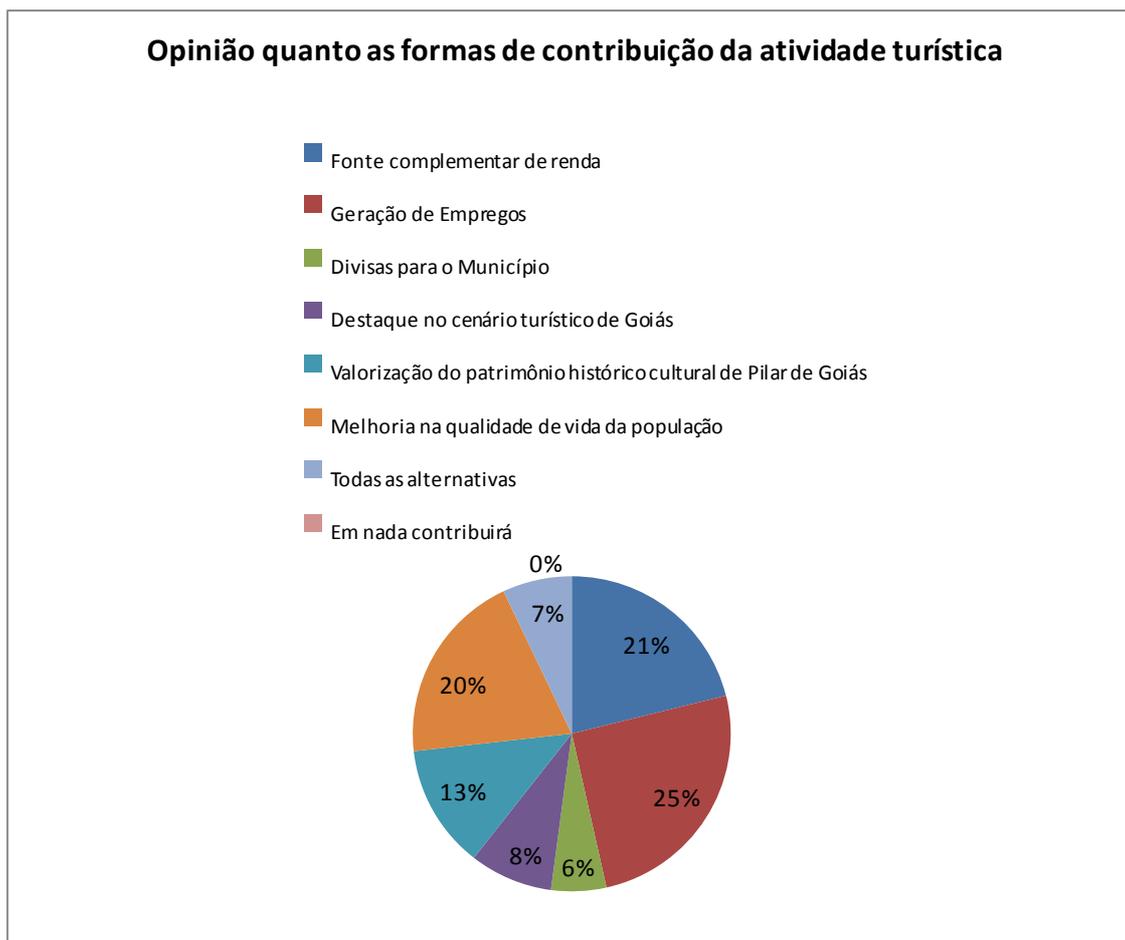
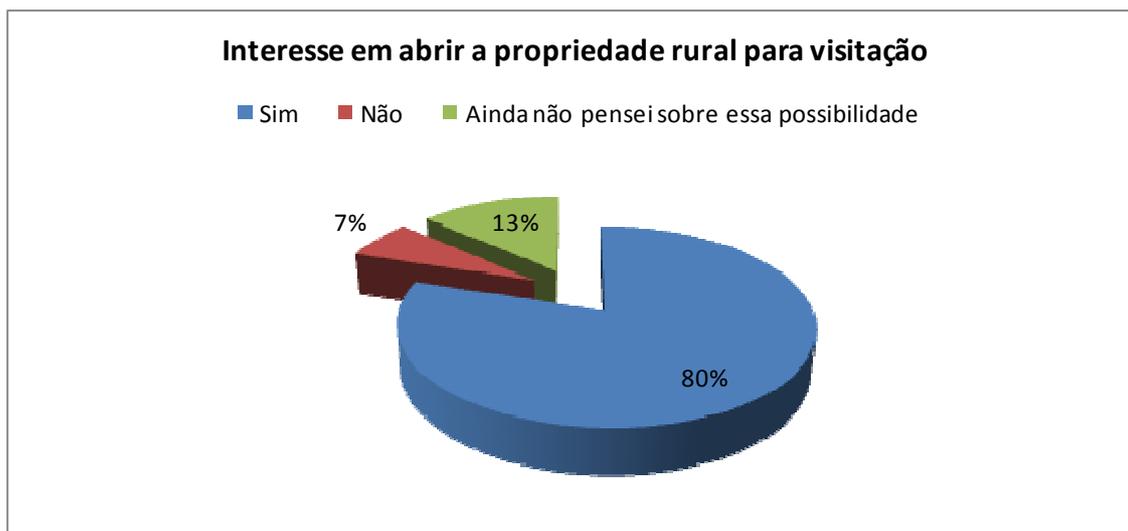


Gráfico 8: Opinião quanto as formas de contribuição da atividade turística  
 Fonte: L.T.A. (2012)

Os gráficos 9 e 10 refletem o resultado do questionamento feito exclusivamente com os produtos rurais. No quesito referente ao interesse em abrir a propriedade rural para fins de lazer e turismo, 80% dos produtores confirmaram interesse pela atividade, somente 7% se posicionaram contrários a essa possibilidade e 13% disseram que nunca pensaram sobre o assunto. Assim como o apoio total da comunidade ao turismo, esse é um dado revelador que pode assegurar as chances de um desenvolvimento promissor pelo viés do turismo rural sustentável na pitoresca Pilar de Goiás.



Gráfico 9: Interesse em abrir a propriedade rural para visita o  
Fonte: L.T.A. (2012)

Indagados a respeito dos atrativos turísticos existentes no interior das propriedades,   possível encontrar em todas elas, o suficiente para despertar o interesse do turista desejoso de um sossegado cotidiano no meio rural. Comida típica, segurança e caminhadas/trilhas apresentam 14% cada da atratividade; em 12% das propriedades encontram-se rios/lagoas/represas e também 12% afirmaram oferecer tranqüilidade.   possível praticar a pesca esportiva em 9% das propriedades, passear de charrete em 8,11% e descobrir grutas em 4,5% dos locais pesquisados. Já cachoeiras, festas tradicionais e hospedagem adequada são apresentadas em menor quantidade, sendo 3,4%; 1,1% e 1,1% respectivamente.

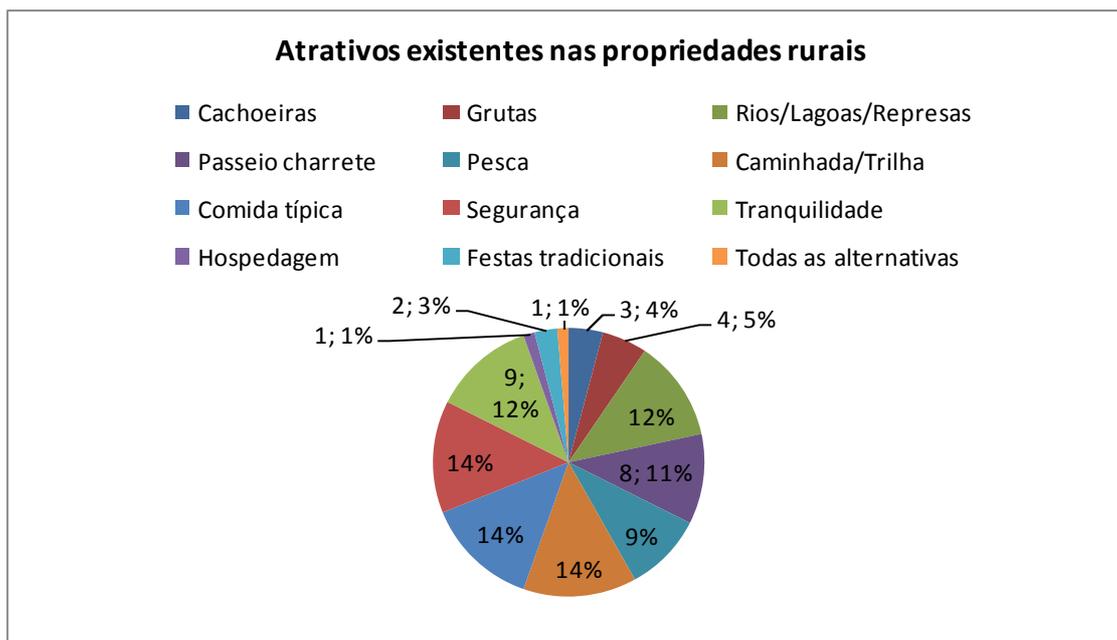


Gráfico 10: Atrativos turísticos existentes nas propriedades rurais  
 Fonte: L.T.A. (2012)

Para ilustrar os atrativos turísticos existentes nas propriedades rurais e confirmados pelos produtores que demonstraram interesse na abertura da propriedade para fins de lazer e turismo, segue nos apêndices registro de alguns dos locais pesquisados.

### 3.5.2 Análise Qualitativa

O grupo focal superou as divergências de opiniões não comuns e contribuiu na dilatação dos resultados buscados. Durante a pesquisa, todos tiveram possibilidades, sem distinção, de apresentarem seus pontos de vista, ficaram à vontade com a técnica, não apresentaram embaraços e o grande êxito foi a interação dos componentes. A pesquisadora buscou evitar constrangimentos e respeitou as opiniões se eximindo de qualquer tipo de persuasão, garantindo um ambiente bastante harmonioso. A gravação da pesquisa foi fielmente transcrita para um CD e DVD, neles permanecendo os erros, as interrupções, enfim, todas as informações coletadas. E, por último, os dados foram sistematizados estatisticamente de forma simples.

No roteiro de debate elaborado pela pesquisadora-mediadora, foram pontuados os seguintes assuntos: Um dos objetivos do turismo é a estratégia de combate à pobreza. Os senhores acreditam que em Pilar de Goiás, caso o turismo se concretize, esse objetivo será atingido? Os senhores acreditam que o turismo será uma atividade

benéfica ao meio ambiente? Como? Hoje, sem a interferência do poder público, sem algum tipo de financiamento, os senhores teriam condições de iniciar a prática turística em suas propriedades?

Concernente à primeira indagação, os cinco proprietários rurais afirmaram acreditar que o turismo rural em Pilar de Goiás poderá sim, ser uma estratégia de combate à pobreza, por meio da geração de postos de trabalho, priorizando a contratação de pilarenses, com o indispensável apoio do poder público municipal às pequenas empresas e através da priorização das compras de produtos locais para abastecimento dos negócios turísticos. Todavia, ressaltaram que para isso tudo é preciso levar conhecimento, informar a população de como toda a atividade poderá beneficiar a cidade.

A questão chave dois, especificamente relacionada às formas de minimizar os impactos do turismo no meio ambiente, foi a melhor discutida, sinalizando a preocupação dos proprietários rurais com as riquezas naturais e patrimoniais existentes em Pilar de Goiás. Foram sugeridas as seguintes ações: limitação da quantidade de turistas por dia nas propriedades; realização da coleta e tratamento do lixo gerado; investimento na capacitação profissional para que se tenham pessoas que respeitem as regras de conservação e gestão do meio ambiente e com isso incentive as demais; oferecer palestras com foco a conscientizar a comunidade em geral quanto à importância de um ambiente ecologicamente equilibrado e de um turismo responsável.

Durante as discussões dessa questão, os entrevistados fizeram uma analogia com os impactos ambientais que a mineradora Yamana Gold poderá causar ao meio ambiente. Essa discussão não estava prevista no roteiro, mas veio ao encontro dos objetivos propostos. Um dos sujeitos questionou o porquê da mineradora não ser uma empresa nacional e apontou que mais uma vez, os principais beneficiados com a extração do ouro não serão os brasileiros, tampouco os brasileiros pilarenses.

Outro entrevistado reclamou que a participação da sociedade nas atividades da mineradora ocorreu apenas na fase inicial e que atualmente ela já não é mais consultada e que a administração municipal tem incentivado em demasia a multinacional, oferecendo redução de impostos desnecessários. Todos eles temem que se repita o ciclo do ouro vivenciado nos tempos do Arraial de Pilar: surgimento, opulência e decadência.

Comparando as atividades turísticas e de extração mineral, é unânime o ponto de vista que o turismo será bem menos impactante ou agressivo ao meio ambiente e que sua prática poderá se efetivar de maneira responsável.

No tocante ao último questionamento, apenas um dos entrevistados afirmou poder investir no turismo sem recorrer a financiamentos, 3 disseram que precisam do incentivo financeiro e um deles reafirmou o que já havia apontado no questionário quantitativo, de não ter interesse na abertura de sua propriedade para fins recreacionais. Após a identificação das respostas, a pesquisadora aproveitou o momento para informar ao grupo que existem linhas de financiamento para empreendimentos turísticos nas esferas federal, estadual e municipal e destacou que um dos vetores de contemplação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é o turismo.

A prática do enredo de perguntas e respostas permitida pelo grupo focal foi extremamente válida na pesquisa, porque além de enfatizar o sujeito, proporcionou por meio do diálogo, a valorização da opinião daqueles que se fizeram presentes e que são essenciais à prática da atividade turística, além de poder fazer uma avaliação mais precisa das hipóteses inicialmente levantadas neste trabalho.

Mais do que o somatório estatístico das opiniões apontadas, a pesquisadora pôde apreender, por meio dos sentimentos expressos naquele momento, que os sujeitos pesquisados esperam com veemência o desenvolvimento interrompido com o final do 1º ciclo do ouro e que dessa vez se propague por tempo indeterminado ou contínuo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se discute sobre as questões ambientais e os efeitos causados pela ação do homem no seu habitat. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de uma melhor compreensão dos aspectos que envolvem essa conflituosa relação homem x natureza. Por meio ambiente entende-se a resultante da relação homem x natureza, englobando nessa relação, a interação dos vários seres que compõem a organização natural do espaço. O homem é elemento ativo nessa correlação, sendo que ao longo dos anos é possível identificar a ocorrência de sobreposição de interesses e inversão de valores relacionados à natureza por parte da sociedade moderna.

O homem vem mudando o meio ambiente para contentar a si mesmo, devido a sua aptidão em criar seu próprio ambiente, ao invés de mudar seus hábitos para melhor se adaptar ao meio. E essa capacidade humana em dominar a natureza é sempre justificada pela pretensa melhoria de vida, pelo progresso.

Sob a luz das teorias utilizadas, os estudos apontam que a apregoada modernidade, principal aliada dos novos padrões comportamentais oriundos do século XX, trouxe consequências nefastas aos habitats natural e cultural existentes. Ávido, insaciável, à busca reticente de crescimento econômico, o homem em seu ímpeto de desenvolvimento, tem sido impiedoso com os recursos naturais, sendo imperioso romper com o discurso de progresso soberano e absoluto que vendeu e ainda vende a cadeia da insustentabilidade.

Talvez o espaço agrário tenha sido o mais impactado com a adesão de estratégias desenvolvimentistas, acompanhando o fenômeno da industrialização do campo, sobretudo a partir dos anos 70, seja na esfera econômica ou na ambiental. Malgrado, o pequeno camponês se sentiu compelido às buscas alternativas e complementares de renda, dentre elas, o turismo rural, que representa oportunidades de benefícios em localidades menos desenvolvidas ou aquelas em desenvolvimento, auxiliando os que enfrentaram e que ainda enfrentam os dissabores do advento da mecanização da agricultura e outras agruras congêneres.

O trabalho contempla um conjunto de indagações sobre o binômio turismo e meio ambiente engajado no contexto do desenvolvimento sustentável, mais especificamente sobre as condições necessárias à prática responsável do turismo rural no patrimônio histórico de Pilar de Goiás. Pilar, que no século XVIII concentrava uma das maiores reservas de ouro na capitania de Goyaz, teve sua fortuna devorada pelos

colonizadores portugueses, que após auferir lucros nos lençóis de ouro rumava para outras localidades. Primeiro um arraial que envergava opulência, depois uma vila enfraquecida, depauperada e esquecida por muitos anos.

Diante da importância no contexto histórico do Brasil Colônia e por abrigar alguns locais que retratam fielmente o período colonial e que necessariamente precisam ser conservados para servir de testemunho do passado, o conjunto arquitetônico e paisagístico de Pilar de Goiás foi tombado pelo IPHAN em 1954 e, desde então, sofreu restaurações em alguns de seus bens imóveis. Além de possuir e se esmerar no cuidado de um valioso patrimônio cultural, a pequena e pitoresca Pilar de Goiás apresenta atrativos naturais ímpares, nas várias propriedades rurais localizadas em seu entorno.

Por meio dos temas levantados, viu-se que a estratégia de luta contra a pobreza, um dos objetivos do turismo, permite a redução das desigualdades sociais e vai ao encontro das premissas do desenvolvimento sustentável. Tratando-se do turismo rural, a atividade permite a inclusão social no campo. Além disso, a idéia de conservação e preservação de patrimônio cultural também está envolta aos pilares desse novo modelo de desenvolvimento, buscando afiançar e garantir o acesso da história às futuras gerações.

Infere-se que os resultados da pesquisa são considerados a contento do objetivo inicial proposto, especialmente no que tange à elaboração do eixo central deste trabalho, que buscou averiguar quais as condições necessárias à inserção do turismo rural, embasado pela ótica do desenvolvimento sustentável e do Plano Nacional e Estadual de Turismo, no município de Pilar de Goiás e região. Para que se introduza de maneira sustentável a governança turística em Pilar de Goiás, o primeiro passo é o atendimento dos critérios de classificação exigidos pelo Plano Estadual de Turismo e, com isso, angariar recursos e desenvolver a atividade com apoio técnico e financeiro do estado.

Mas para isso, vimos que muitas ações precisam ser delineadas. É crucial a elaboração de um planejamento que desenvolva políticas públicas de turismo em âmbito municipal e regional, visando administrar de modo responsável, ético e coerente os recursos naturais e culturais, afinal, a perpetuação da prática turística depende da sustentabilidade. É preciso, também, a criação de um Conselho Municipal de Turismo, que irá avaliar as políticas públicas de turismo traçadas.

Esse planejamento deverá refletir a sinergia entre poder público e a iniciativa privada, com a participação ativa da comunidade local nesse processo, respeitando suas opiniões e sugestões. Partindo desse último pressuposto, vimos pela pesquisa que esse

não será um empecilho, afinal, todos os entrevistados apóiam a prática dessa atividade e 80% dos proprietários rurais pesquisados têm interesse na abertura de suas propriedades para fins turísticos e de lazer.

Eis aqui algumas das diretrizes que devem constar em um planejamento turístico: criação de leis ambientais municipais e aplicação das já existentes; promoção de ações que propiciem o desenvolvimento e crescimento do comércio local; busca pela expansão da produção do artesanato; realização de cursos que certifiquem e capacitem guias turísticos; parceria com escolas profissionalizantes para oferta de cursos de gestão hoteleira e turismo para os proprietários rurais; tratamento adequado das águas residuais, bem como a coleta e tratamento do lixo gerado; buscar a sensibilização dos atores sociais, das empresas e dos próprios turistas quanto à importância da prática turística sustentável, por meio de campanhas educativas; fazer inventário da oferta e da infra-estrutura turística existente.

Os atrativos naturais e culturais apresentados são suficientemente capazes de alavancar o desenvolvimento dessa promissora atividade e proporcionar aos turistas respirarem cultura e ter contato íntimo com a natureza. Uma das formas de salvaguardar o patrimônio imaterial da cidade, visto que o patrimônio material já é tombado pelo poder público, é o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial voltados à disseminação do conteúdo histórico do passado de Pilar de Goiás, que pode ser realizado por meio de palestras, teatros, eventos culturais, além de poder requisitar a inscrição no livro de tombos, da festa do Divino Espírito Santo no patrimônio imaterial nacional. Tais ações repercutirão diretamente no aproveitamento turístico da riqueza cultural pilarense.

Alguns pontos, no entanto, precisam ser considerados. Seria uma falácia propor o desenvolvimento da atividade turística em Pilar de Goiás sem antes reverter as anomalias existentes em sua infraestrutura turística. É imperioso a adequação de uma infraestrutura turística mínima e necessária ao desenvolvimento da atividade, com a construção de alguns hotéis, restaurantes, criação do Centro de Atendimento ao Turista, conforme exigido pelo Plano Estadual de Turismo, abertura de agência de viagem e turismo, bem como o cadastro desses prestadores de serviços turísticos.

Atendidos os requisitos vitais ao desenvolvimento turístico ordenado, Pilar de Goiás poderá figurar junto àquelas cidades que no passado foram destaque no período de exploração aurífera e hoje fazem parte da turística Região do Ouro em Goiás. Quiçá, em um planejamento a longo prazo, concorrer com os municípios indutores do turismo

em nível federal, contemplados pelo Plano Nacional de Turismo. E assim, contribuirá por meio da qualificação do setor, com a geração de novos postos de trabalho, complementação da fonte de renda dos produtores rurais, incremento das atividades do comércio, maior arrecadação de divisas para o município, enfim, para a melhoria da qualidade de vida de sua população rural e urbana.

A pesquisa apurou que os pilarenses depositam no turismo um alento para as mazelas sofridas ao longo dos últimos séculos, assim como muitos deles depositam no retorno da extração das minas, a esperança de um novo apogeu, de um novo ciclo do ouro, mas dessa vez com outro desfecho, que quando auferidos os lucros nos lençóis de ouro, que os beneficiados lá permaneçam. Esse sentimento também cabe para a prática da atividade turística, que se efetivada, não seja apenas um subterfúgio para fomentar momentaneamente a economia, mas que seja um instrumento valioso de reorganização social, cultural e ambiental.

Espera-se que o trabalho expanda o leque de oportunidades da temática e contribua para um olhar mais crítico acerca das possibilidades de desenvolvimento do turismo rural nos limites territoriais do município de Pilar de Goiás. Valer-se dessa promissora atividade e consagrar uma nova ordem em Pilar de Goiás, asseverando o compromisso com as futuras gerações. Quem sabe juntar o ciclo do ouro e o ciclo turístico e reencontrar na posteridade, por meio dessas atividades, os dias de glória que ficaram no passado.

Vale destacar também que algumas dúvidas surgiram ao longo da pesquisa e que não havia como serem discutidas no universo da obra, sendo necessário, portanto, aprofundar alguns debates, tais como: o porquê da ausência de políticas públicas específicas de turismo rural; avaliar, caso o turismo se efetive, os impactos positivos e negativos da atividade, fazendo uma analogia da teoria proposta pelo turismo rural sustentável com a incursão real na dinâmica da vida social, econômica, cultural e ambiental de Pilar de Goiás.

Sem a mínima pretensão de esgotar o assunto, isso implica na intenção da pesquisadora em dar continuidade ao trabalho, por meio do doutoramento, sanando tais indagações e levantando outras, contribuindo um pouco mais com esse que é um dos objetos históricos que melhor permite extravasar a velha história goiana e encurtar o distanciamento entre essa, a cultura sertaneja e a interiorização de um desenvolvimento turístico responsável, tão necessário à singular e por muito esquecida Pilar de Goiás.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO DA SILVA, José. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 6.

AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO. **Plano Estadual de Turismo de Goiás**. Goiás no caminho da inclusão. 2010.

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Anais da Província de Goiás. 1863**. Editora Gráfica Ipiranga Ltda. Brasília, 1979. Parceria Sudeco/Governo de Goiás.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21 – 7. ed. rev. e atual. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. **Caminhos e Cartografia**. Estradas Ancestrais na Capitania de Goiás do século XIX. IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica. Universidade do Porto, 2011.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os não-lugares. São Paulo: Aleph, 2001.

BARRAQUI, Douglas. **Por uma História ambiental**: a natureza de volta aos braços do homem. UFSC, 2011

BARRETO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BORGES, Leandro Bernardes. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: análise interdisciplinar de uma política pública em Goiás. 2008. Dissertação de Mestrado (Programa de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate** – 26. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 1997.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecossistêmica**: Uma abordagem integrada dos problemas do Meio Ambiente. São Paulo: Edgar Blucher, 2 ed. 1999.

BRUSADIN, Leandro Beneditini. **Estudo da Avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo** – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005.

CARPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural responsável**. Porto Alegre, 2002 (texto provisório para debate).

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, AdyrBalastreli. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1999. 274p. p. 94-121.

\_\_\_\_\_. O mundo rural português: desafios e futuros. In: RODRIGUES, AdyrBalastrieri (org.). **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-33.

CATÃO, Leandro Pena; SANTOS, Tatiane Conceição dos. **História Ambiental a partir do patrimônio urbano ambiental e da prática turística**. História Ambiental e Turismo, vol. 4 – nº 1, 2008.

CIDADE, Lucia Cony Faria. **Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos**. São Paulo: Terra Livre, n. 17, 2001. p. 99-118.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – 1991.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do iphan**. 2010. Tese de Doutorado (Programa de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós industrial**. 3 edição, São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

DUBUGRAS, ElvinMackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Brasília: UNB, 1965.

GIDDENS, Anthony. **As consequências damodernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOIÁS TURISMO. **Plano Estadual de Turismo**. Goiás no caminho da inclusão, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. (Org.) ALMEIDA, J.A. et al. Santa Maria: Centro Gráfico,1998.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2 ed. São Paulo, 2003.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal de Pilar de Goiás**. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS TURÍSTICAS DO ESTADO DE GOIÁS. **Boletim de Dados do Turismo de Goiás**. Edição nº 01/2010. (IPTur).

INSTITUTO DE PESQUISAS TURÍSTICAS DO ESTADO DE GOIÁS. **Boletim de Dados do Turismo de Goiás**. Edição nº 03/2011. (IPTur).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estrutura Fundiária de Pilar de Goiás**. Inbra, 2002.

JOAQUIM, Graça. Turismo e mundo rural:que sustentabilidade? . In: RODRIGUES, AdyrBalastrieri (org.). **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-45.

JUNIOR, Heitor Matallo. Região e Meio Ambiente nas Ciências Sociais: Uma reflexão baseada na região Nordeste do Brasil. In: PADUA, Elisabete; JUNIOR, Heitor (ORGS). **Ciências Sociais, complexidade e meio ambiente**: Interfaces e desafios. Campinas, SP: Papyrus, 2008, p. 161-175.

JUNIOR, Romeu Duarte. **Programa Monumenta**: uma experiência em preservação urbana no Brasil. Rev. CPC nº10 São Paulo, Outubro 2010.

JUNIOR, Antonio Manoel Elíbio; RECHIA, Karen Christine. **Patrimônio cultural e turismo I**: livro didático. 2. ed. rev. e atual. Palhoça: UnisulVirtual, 2007.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEMES, Fernando Lobo. **Poder local e rede urbana nas minas de Goiás**. História, São Paulo, 28 (1): 2009.

LICHORISK, Leonard J.; JENKINS, Carson. **Introdução ao Turismo**. (trad.) Fabíola Carvalho S. Vasconcelos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MACHADO, Carlos Borges; SANTOS, Solidia Elizabeth dos; SOUZA, Tânia Cristina de. A sustentabilidade em questão. In: SILVA, Christian Luiz da (org.) **Desenvolvimento Sustentável**: um modelo analítico e adaptativo. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Maria Helena Ferreira. Os novos movimentos sociais e a emergência da cidadania ambiental. In: PADUA, Elisabete; JUNIOR, Heitor (ORGS). **Ciências Sociais, complexidade e meio ambiente**: Interfaces e desafios. Campinas, SP: Papyrus, 2008, p. 101- 135.

MARTINS, Marcos Lobato. As fontes da História Ambiental. In: MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MINC, Carlos. **Ecologia e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas**. Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania. Minc, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Brasília, MTur, 2007.

MINISTERIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural**. Brasília, MTur, 2004.

MINISTERIO DO TURISMO. **Turismo rural**: orientações básicas. Brasília, MTur, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estatísticas Básicas de Turismo**. Brasília, MTur, outubro de 2010a.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Documento Referencial Turismo no Brasil 2011/2014**. Brasília, MTur, 2010b.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. 2 ed – São Paulo: Contexto, 2002.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Movimento Ambientalista e desenvolvimento sustentável. In: MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor demercadorias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

MORATTO, José Rubens. **Dano Ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 2. ed. ver., atual. e ampl.- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MURARI, Luciana. **Tudo o mais é paisagem**: Representações da natureza na cultura brasileira. 2002. Tese de Doutorado (Programa de Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOROZ, Melania; Gianfaldoni, Mônica Helena T.A. **O processo de pesquisa**: iniciação. Brasília: Plano Editora, 2002.

NATAL, Caroline Beserra. **O Turismo Rural na Região Serrana Fluminense**: um estudo de caso – São Pedro da Serra. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 à 26 de Março de 2005. Universidade de São Paulo.

NEIMAN, Zysman. **Era verde?** Ecossistemas brasileiros ameaçados. São Paulo:Atual, 1989.

NETO, Canrobert Costa. Agricultura não-convencional, biodiversidade e sustentabilidade: A alternativa agroecológica. In: FROEHLIC, Jose Marcos; DIESEL, Vivien (Orgs.). **Desenvolvimento Rural Tendências e Debates Contemporâneos**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006. p. 111-138.

NETO, Otavio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa**: o debate orientado como técnica de investigação. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 04-08 de Novembro de 2002.

NOYA, Angye Cássia; JÚNIOR, Astor Vieira; KUSHANO, Elizabete Sayuri. **Avaliação do Plano Nacional de Turismo**: Gestão do Governo Lula, entre os anos de 2003 à 2007. CULTUR – Revista de Cultura e Turismo, ano 01 – n. 01, out/2007.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados 24 (68), 2010.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza**: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, n° 51, p. 115-140 – 2006.

PETTA, Nicolina Luiza; OJEDA, Eduardo. **Historia uma abordagem integrada**. Editora Moderna: Campinas, 2005.

PROGRAMA MONUMENTA. **Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais**. Volume I. Norte, Nordeste e Centro Oeste. Brasília, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins; BARROS, Flávia Lessa. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloísa T. **Viagens à natureza**: Turismo, cultura e ambiente. Campinas, SP: Papyrus, 1997

RODRIGUES, AdyrBalastrieri. **TurismoRural**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, AdyrBalastrieri (org.). **Turismo Rural**: práticas e perspectivas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 101-116.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. (trad.) Antonio de Pádua Danesi. 3 ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papyrus, 1997 (Coleção Turismo).

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Sachs Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estratégiade transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SALLES, Gilka V.F. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 2002.

SCHLEIFER, Fernanda. **O turismo rural em Goiás como forma de promoção da inclusão social**. 2006

SEQUINEL, Maria Carmem Mattana. **Cúpula Mundial sobre desenvolvimento sustentável** – Joanesburgo: entre o sonho e o possível. Revista Análise Conjuntural, v.24, n.11-12, nov/dez. 2002.

SILVA, Christian Luiz da. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, Christian Luiz da (org.) **Desenvolvimento Sustentável**: um modelo analítico e adaptativo. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Sandro Dutra e. **A natureza contra o progresso**: mitos e narrativas do destino bandeirante na expansão desenvolvimentista. Textos de História, vol. 17, n° 1, 2009.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio cultural em cidades.**

1.ed. 1. Reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SIQUEIRA, Deis. **Historia Social do Turismo.** Rio de Janeiro: Garamond; Brasília, DF: Ed. Vieira, 2005.

SOARES, Paulo Valladares. **Estudo da contaminação do mercúrio e metais pesados em garimpo.** O estudo de caso da região de Pilar de Goiás e Guarinos, Goiás. 1990. Dissertação de Mestrado (Programa de Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000.

VEGA, Alfredo Pena. **O despertar ecológico: Edgar Morin e ecologia complexa.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VESENTINI, José Willian. **Geografia, natureza e sociedade.** São Paulo: Contexto, 1992.

VINCENT, Andrew. **Ideologias políticas modernas.** BORGES, Ana Luisa (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

WORSTER, Donald. **Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica histórica.** DE ANDRADE, Maria Claro Abalo Ferraz (trad.). Revista Ambiente e Sociedade, vol. VI – nº 1-jan/jul. 2003.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262 – 2006.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo Rural um modelo brasileiro.** 2006.

#### Sites consultados:

AGETOP. Programa Reconstrução Rodovias Estaduais. *Online.* Disponível em: <http://www.agetop.go.gov.br/index.php?idMateria=105244>. Acessado em 05/07/12

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso dia 14 de junho de 2010.

BRASIL, Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispões sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6938org.htm>. Acessado dia 10 de Maio de 2011.

Carta de Atenas. 1933. Disponível em: [http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Atenas\\_1933.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf). Acessado dia 01/08/11.

Declaração do México. 1985. Disponível em: [http://www.icomos.org.br/cartas/Declaracao\\_do\\_Mexico\\_1985.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Declaracao_do_Mexico_1985.pdf). Acessado dia 01/08/2011.

Decreto lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/legislacao/Regulacao/suerg/Dec-lei25-37.pdf>. Acessado dia 01/08/11.

EMBRATUR, 2002. Definição turismo de aventura. Disponível em: [http://www.escoteiro.com.br/jornal/materia/materia\\_exibe.asp?id=78](http://www.escoteiro.com.br/jornal/materia/materia_exibe.asp?id=78). Acesso dia 14 de Junho de 2011.

IBGE. Censo Pilar de Goiás 2010. Disponível em [http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php?uf=52](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=52). Acessado dia 02/08/11.

IDESTUR. Histórico do turismo rural. *Online*. Disponível em: [http://www.idestur.org.br/navegacao.asp?id\\_menu=2&id\\_conteudo\\_exibir=65](http://www.idestur.org.br/navegacao.asp?id_menu=2&id_conteudo_exibir=65). Acessado dia 11 de Junho de 2011.

Índice de Crescimento Turismo Rural em Goiás. Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/turismo/turismo-rural/turismo-rural-em-goias-cresce-20-acima-da-media-nacional-5976.asp>. Acessado dia 08 de Junho de 2011.

IPHAN. Decreto nº 3551, de 04 de Agosto de 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>. Acessado dia 03/08/2011.

IPHAN. Missão do IPHAN. 2010a. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=14926&retorno=paginaIphan>. Acessado dia 06/07/11.

IPHAN. PAC – Cidades Históricas. 2010b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1702>. Acessado dia 03/08/11.

IPHAN. Patrimônios Materiais Brasileiros. *Online*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12456&retorno=paginaIphan>. Acessado em 18/08/11

IPHAN. Patrimônio Material. *Online*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginaIphan>. Acessado em 18/08/11.

Jornal Diário da Manhã. Investimentos Yamana Gold. 2011. Disponível em <http://www.matogrossogoiano.com.br/site/politica/ultimas-noticias/goias/5098-governador-quer-alcancar-r-10-bi-em-investimentos-este-ano-mineradora-yamana-gold-aplica-r-600-mi-no-estado?tmpl=component&print=1&page=>. Acessado em 23/04/2012.

Jornal Diário do Norte. Cavalhadas em Pilar de Goiás. 2011. <http://www.jornaldiariodonorte.com.br/site/cidades.php?cod=7123>. Acessado em 23/04/2012.

Lançamento do PAC – Cidades Históricas. 2009. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/200910212.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/200910212.html) Acessado dia 04/08/11.

MTur. Missão do Ministério do Turismo. 2003. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/missao](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/missao). Acessado dia 26 de Maio de 2011.

Programa Monumenta. 1995. Disponível em: [http://www.monumenta.gov.br/site/?page\\_id=164](http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164). Acessado dia 03/08/11.

SILVA, A.M. – Os caminhos do turismo em espaço rural goiano. Revista da UFG, Vol. 7, No. 01, junho 2004 *online* ([www.proec.ufg.br](http://www.proec.ufg.br)) . [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/agro/J10\\_turismo.html/](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/J10_turismo.html/). Acessado dia 08 de Junho de 2011.

Rio20. 2012. Disponível em: <http://www.rio.gov.br>. Acessado em 28/06/12.

UNESCO. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. 1972. Disponível em: [www.unesco.gov](http://www.unesco.gov). Acessado dia 06/07/11.

UNESCO. Lista do Patrimônio Mundial no Brasil. *Online*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>. Acessado dia 06/07/11.

VALEC. Ferrovia de Integração do Centro Oeste. *Online*. Disponível em: <http://www.valec.gov.br/centro-oeste.htm>. Acessado em 05/07/12.

YAMANA GOLD. Relatório RSC 2010. Disponível em <http://www.yamana.com/Theme/NewYamana/files/CSR%202010%20%20Portuguese%20version.pdf>. Acessado em 23/04/2012.

**ANEXO A**

Figura 19: Vista da cidade  
Fonte: N.L.A (2011)

## ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a) da pesquisa “Turismo em Espaço Rural: desafios de sustentabilidade no município de Pilar de Goiás-GO”. Esta pesquisa está vinculada ao Departamento de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis – UNIEVANGÉLICA.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: “Turismo em Espaço Rural: desafios de sustentabilidade no município de Pilar de Goiás-GO”.

Orientador Responsável: Sandro Dutra - 9090 (62)33106759: [sandrodutra@unievangelica.edu.br](mailto:sandrodutra@unievangelica.edu.br)

Pesquisadora Responsável: Luciana Teixeira de Amorim - 9090 (64) 3671.1268 ou (64) 8144.7924 : [malusl1@yahoo.com.br](mailto:malusl1@yahoo.com.br)

Telefones para contato: CEP – UniEVANGÉLICA (62) 3310.6736

Este trabalho tem como objetivo levantar e analisar as possibilidades da prática turística em meio rural no município de Pilar de Goiás. A pesquisa será realizada por meio da aplicação de questionários com a população rural e urbana em suas residências e, estima-se um prazo de três dias consecutivos ou não para preenchimento dos questionários, sendo que a entrevista levará uma média de trinta minutos cada. O preenchimento deverá ser feito por você caso aceite a participar da pesquisa.

A proposta deste trabalho prevê a garantia de respeito aos limites éticos e morais relacionados ao estudo com pessoas, que serão respeitados e mantidos durante todas as fases de realização da pesquisa.

Aos entrevistados, serão asseguradas as condições de anonimato e sigilo, seu nome será substituído por um nome da sua escolha. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para a finalidade proposta pela pesquisa. O material obtido será arquivado pela pesquisadora durante o período de sigilo, que é de no mínimo cinco anos.

Durante a aplicação dos questionários é possível a ocorrência de algum tipo de desconforto, porém, nenhum tipo de constrangimento faz parte do objetivo deste estudo. Você terá assegurado o seu direito de recusar-se a responder qualquer questão que julgue constrangedora.

Sua participação na pesquisa é voluntária. Você poderá recusar-se a participar da mesma, ou interrompe-la a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento ou de prejuízo à sua pessoa. Contudo, lembramos que a sua participação é de muita importância para a realização desta pesquisa, pois, serão levantadas as possibilidades da atividade turística neste município e também, os benefícios que poderão ser gerados.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

Pilar de Goiás, \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_\_\_

Luciana Teixeira de Amorim

## CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, RG/CPF/

\_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Turismo em Espaço Rural: desafios de sustentabilidade no município de Pilar de Goiás-GO., como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) Luciana Teixeira de Amorim, sobre a pesquisa, como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me dada a oportunidade de fazer perguntas e recebi telefones para entrar em contato, a cobrar, caso tenha dúvidas. Fui orientado para entrar em contato com o CEP UniEVANGÉLICA (fone: 62-3310.6736), caso me sinta lesado ou prejudicado. Foi-me garantido que não sou obrigado a participar da pesquisa e posso desistir a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Recebi uma cópia deste documento.

Aceito utilizar imagens fotográficas em produção científica:

(  ) Sim      (  ) Não

Pilar de Goiás, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimento sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.**

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores)

Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE A



Figura 20: Instalações da Yamana Gold em Pilar de Goiás  
Fonte: L.T.A. (2011)



Figura 21: Comércio de remédios naturais  
Fonte: L.T.A. (2011)



Figura 22: Cartório de Imóveis  
Fonte: L.T.A. (2011)



Figura 23: Curral Faz. Engenho São Pedro  
Fonte: L.T.A. (2011)



Figura 24: Carro de Boi Faz. Engenho São Pedro  
Fonte: L.T.A. (2011)



Figura 25: Gado Nelore Fazenda Villar  
Fonte: L.T.A. (2011)



Figura 26: Vista Fazenda Villar  
Fonte: L.T.A. (2011)



Figura 27: Rio Vermelho Fazenda Odilar  
Fonte: L.T.A. (2011)



Figura 28: Reservatório em construção Fazenda Odilar  
Fonte: L.T.A. (2011)

No período de realização da pesquisa estava sendo construído na Fazenda Odilar 4 reservatórios de peixes cujo objetivo era a abertura de um Pesque Pague na propriedade.



Figura 29 : Pesque-Pague Rancho Fundo  
Fonte: L.T.A. (2011)

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO – PRODUTOR RURAL**

## ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

## UNIEVANGÉLICA

Programa de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente

Pesquisadora: Luciana Teixeira de Amorim

Orientadora: Dr. Sandro Dutra

## PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome (opcional): \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ estado civil: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Renda familiar \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

- 1) Á quanto tempo reside em Pilar de Goiás?
  - ( ) 10 anos
  - ( ) 10 à 20 anos
  - ( ) 20 à 30 anos
  - ( ) acima de 30 anos
  
- 2) Encontra-se empregado atualmente?
  - ( ) sim
  - ( ) não
  
- 3) Sente orgulho da tradição histórica cultural do município de Pilar de Goiás
  - ( ) sim
  - ( ) não
  - ( ) não conheço a história e tradições do município
  
- 4) Já visitou o centro histórico de Pilar de Goiás
  - ( ) sim
  - ( ) não
  - ( ) nunca me interessei

- nunca tive oportunidade
- 5) O que acha da reutilização do centro histórico de Pilar de Goiás para fins turísticos e recreativos?
- a favor
- não sei/ não faz diferença
- Contra
- 6) O senhor tem consciência da necessidade de conservar e preservar as riquezas naturais, culturais e históricas do município de Pilar de Goiás?
- sim
- não
- Desconheço o assunto
- 7) Na sua opinião o que falta para a cidade atrair mais turistas?
- divulgação/marketing
- limpeza e pavimentação das ruas
- hotéis de qualidade
- restaurantes variados
- folclores; festas religiosas
- meios de transporte adequados
- infra-estrutura básica (água; energia; esgoto)
- apoio e incentivo público
- atrativos naturais – cachoeiras; rios; grutas
- atrativos culturais e históricos – igrejas; casarões; objetos antigos
- nenhum dos itens acima
- 8) Na sua opinião como/de que forma o desenvolvimento da atividade turística em propriedades rurais poderá contribuir para o crescimento do município de Pilar de Goiás
- fonte complementar de renda do pequeno agricultor
- geração de empregos
- divisas para o município
- destaque no cenário turístico de Goiás

- valorização do patrimônio histórico cultural de Pilar de Goiás
  - melhoria na qualidade de vida da população
  - todas as alternativas
  - em nada contribuirá
- 9) O senhor tem interesse em abrir sua propriedade ao público para visitação, fazendo da prática turística uma atividade complementar para geração de renda?
- sim
  - não
  - ainda não pensei sobre essa possibilidade
- 10) Caso o senhor confirme o interesse pela prática do turismo rural, quais atrativos sua propriedade poderia oferecer ao turista?
- cachoeiras
  - grutas
  - rios/lagos/represas
  - passeio de charrete/cavalo
  - pesca
  - caminhada/trilha/ passeios ecológicos
  - comida típica
  - segurança
  - tranquilidade
  - hospedagem
  - festas tradicionais
  - todas as alternativas
  - nenhuma delas, minha propriedade não oferece nenhum atrativo

**APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO – CIDADINO****ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO****UNIEVANGÉLICA**

Programa de Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente

Pesquisadora: Luciana Teixeira de Amorim

Orientadora: Dr. Sandro Dutra

**PERFIL DO ENTREVISTADO**

Nome (opcional): \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ estado civil: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Renda familiar \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

- 1) Á quanto tempo reside em Pilar de Goiás?
  - ( ) 10 anos
  - ( ) 10 à 20 anos
  - ( ) 20 à 30 anos
  - ( ) acima de 30 anos
  
- 2) Encontra-se empregado atualmente?
  - ( ) sim
  - ( ) não
  
- 3) Sente orgulho da tradição histórica cultural do município de Pilar de Goiás
  - ( ) sim
  - ( ) não
  - ( ) não conheço a história e tradições do município
  
- 4) Já visitou o centro histórico de Pilar de Goiás
  - ( ) sim
  - ( ) não
  - ( ) nunca me interessei
  - ( ) nunca tive oportunidade

- 5) O que acha da reutilização do centro histórico de Pilar de Goiás para fins turísticos e recreativos?
- a favor
  - não sei/ não faz diferença
  - Contra
- 6) O senhor tem consciência da necessidade de conservar e preservar as riquezas naturais, culturais e históricas do município de Pilar de Goiás
- sim
  - não
  - Desconheço o assunto
- 7) Na sua opinião o que falta para a cidade atrair mais turistas?
- divulgação/marketing
  - limpeza e pavimentação das ruas
  - hotéis de qualidade
  - restaurantes variados
  - folclores; festas religiosas
  - meios de transporte adequados
  - infra-estrutura básica (água; energia; esgoto)
  - apoio e incentivo público
  - atrativos naturais – cachoeiras; rios; grutas
  - atrativos culturais e históricos – igrejas; casarões; objetos antigos
  - nenhum dos itens acima
- 8) Na sua opinião como/de que forma o desenvolvimento da atividade turística em propriedades rurais poderá contribuir para o crescimento do município de Pilar de Goiás
- fonte complementar de renda do pequeno agricultor
  - geração de empregos
  - divisas para o município
  - destaque no cenário turístico de Goiás
  - valorização do patrimônio histórico cultural de Pilar de Goiás

- melhoria na qualidade de vida da população
- todas as alternativas
- em nada contribuirá

## **APÊNDICE D - ROTEIRO DE DEBATE – GRUPO FOCAL**

Turismo Rural: é o “conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MTur, 2004, p.12).

Questão chave 1) Um dos objetivos do turismo é combater a pobreza no mundo. Os senhores acreditam que em Pilar de Goiás esse objetivo seria atingido, caso o turismo se viabilize? Como?

Já foi feita parte da pesquisa e nela 100% é a favor do turismo em Pilar de Goiás e quase 100% dos proprietários rurais disseram estar dispostos a abrir suas propriedades ao público para fins de lazer e turismo. Pilar de Goiás viveu no século XVIII momento de glória e depois decadência, enfrentou uma série de impactos, inclusive ambientais.

Questão Chave 2) Como os senhores acreditam que essa atividade poderá ser benéfica para o meio ambiente?

Questão Chave 3) Hoje, sem a interferência do poder público, sem algum tipo de financiamento, os senhores teriam condições de iniciar a prática turística em suas propriedades?